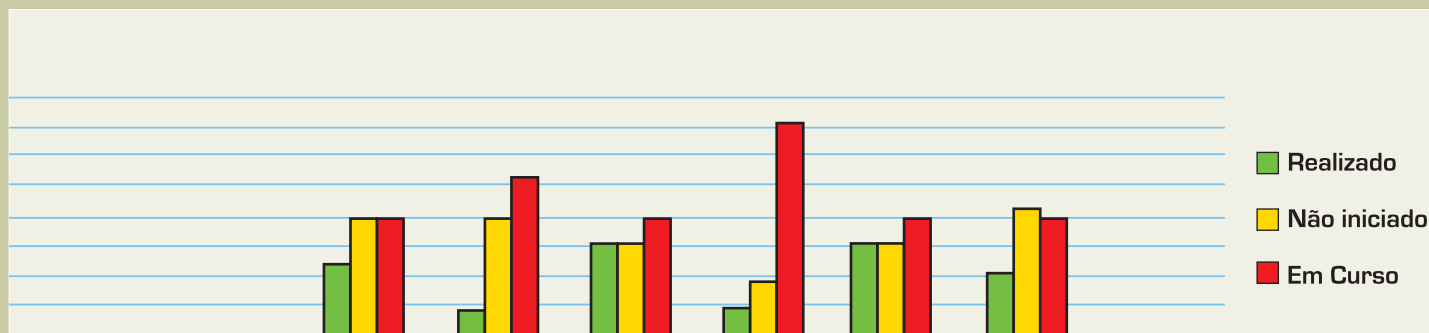


Governança Local em Moçambique



Desempenho de Distritos e Autarquias locais aquém do Planificado

Um olhar a partir dos distritos de Bilene, Mabalane, Búzi, Cheringoma, Montepuez, Chiúre e autarquias locais de Manjacaze, Marromeu e Mocímboa da Praia



Maio de 2010



Governança Local em Moçambique

**Desempenho de Distritos
e Autarquias locais
aquém do Planificado**

*Um olhar a partir dos distritos de Bilene, Mabalane, Búzi, Cheringoma,
Montepuez, Chiúre e autarquias locais de Manjacaze, Marromeu e
Mocímboa da Praia*

Maio de 2010

Ficha Técnica

Título: Governação Local em Moçambique: Desempenho de distritos e autarquias locais aquém do planificado

Coordenação Técnica: Centro de Integridade Pública

Edição: Centro de Integridade Pública

Propriedade: Associação Moçambicana para o Desenvolvimento e Democracia (AMODE), Centro de Integridade Pública (CIP), Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) e Liga dos Direitos Humanos (LDH).

Layout: éDesign

Capa: éDesign

Impressão: CIEDIMA

Tiragem: 1000 exemplares

Maio de 2010

Índice

	Pág.
Conteúdo	
Abreviaturas	iv
Agradecimentos.....	v
Lista de Gráficos	vi
Lista de Quadros.....	vi
Sumário Executivo	vii
1. Introdução	1
2. Metodologia e Limitações	2
3. Apresentação dos Resultados por Distrito/Autarquia	5
3.1 Distrito de Bilene.....	5
3.2 Distrito de Mabalane.....	11
3.3 Distrito de Búzi.....	18
3.4 Distrito de Cheringoma.....	24
3.5 Distrito de Chiúre.....	30
3.6 Distrito de Montepuez.....	37
3.7 Município de Manjacaze.....	43
3.8 Município de Marromeu.....	49
3.9 Município de Mocímboa da Praia.....	55
4. Conclusões:.....	63

Abreviaturas

AM – Assembleia Municipal

CCD – Conselho Consultivo Distrital

Crz – Cruzamento

DPOPH – Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação

EPC – Escola Primária Completa

ETD – Equipa Técnica Distrital

FCA – Fundo de Compensação Autárquica

FIL – Fundo de Investimento de Iniciativa Local

IPCC – Instituições de Participação e Consulta Comunitária

MINED – Ministério da Educação

OIL – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

PCM – Presidente do Conselho Municipal

PESOD – Plano Económico e Social e Orçamento Distrital

P/A – Posto Administrativo

SDAE- Serviços Distritais de Actividades Económicas

SDSMAS – Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

SP- Secretário Permanente

Agradecimentos

A coligação da Iniciativa de Monitoria da Governação Local composta pela Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia, o Centro de Integridade Pública, o Grupo Moçambicano da Dívida e a Liga dos Direitos Humanos e parceiros locais, designadamente Assembleias Municipais e Conselhos Consultivos, expressa os seus agradecimentos à Cooperação Suíça para o Desenvolvimento, parceiro de primeira hora desta iniciativa desde as discussões iniciais havidas em 2005, pelo seu contributo fundamental na concepção, estruturação e financiamento da iniciativa.

A coligação e os seus parceiros locais estendem também os seus agradecimentos aos governos locais dos distritos e autarquias abrangidos pela iniciativa, nomeadamente, os Governos Distritais de Bilene, Mabalane, Búzi, Cheringoma, Chiúre e Montepuez e os Conselhos Municipais de Manjacaze, Marromeu e Mocímboa da Praia pela sua colaboração e contributo aquando da realização do trabalho de campo.

Agradecimentos são igualmente estendidos aos Coordenadores provinciais e aos activistas pelo trabalho e, sobretudo pela organização e facilitação do trabalho de monitoria no terreno.

Especiais agradecimentos vão para todos aqueles que, singular ou institucionalmente, contribuíram directa ou indirectamente para a materialização desta iniciativa.

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Bilene.....	6
Gráfico 2. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Mabalane.....	12
Gráfico 3. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no distrito de Búzi.....	20
Gráfico 4. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no distrito de Cheringoma.....	26
Gráfico 5. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Chiúre.....	32
Gráfico 6. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Montepuez.....	38
Gráfico 7. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades no município de Manjacaze.....	45
Gráfico 8. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no município de Marromeu.....	51
Gráfico 9. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no município da Mocímboa da Praia.....	56

Lista de Quadros

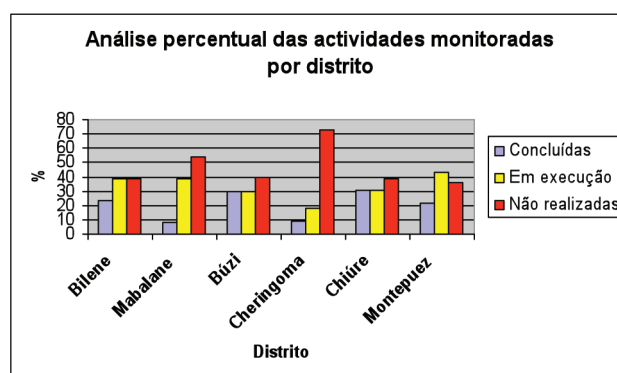
Quadro 1. Resumo do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito.....	vii
Quadro 2. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito em 2008 e 2009.....	x
Quadro 3. Resumo do grau de execução das actividades seleccionadas por município.....	xi
Quadro 4. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por município em 2008 e 2009.....	xiii
Quadro 5. Assuntos transversais: género.....	4
Quadro 6. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito nos dois anos monitorados, 2008 e 2009.....	43
Quadro 7. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por município nos dois anos monitorados, 2008 e 2009.....	60

SUMÁRIO EXECUTIVO

DISTRITOS

O trabalho de campo, da Iniciativa de Monitoria da Governação Local, nos 6 distritos abrangidos, concluiu que, até ao momento, os governos distritais ainda não realizam sequer metade das actividades inscritas nos PESOD (Quadro I).

- No quadro das actividades seleccionadas para monitoria, nenhum dos distritos concluiu mais que 30% das actividades realizadas no ano de 2009;
- Cerca de 46% das actividades seleccionadas para monitoria não foram realizadas pelos respectivos governos distritais;
- O distrito de Cheringoma possui mais de 70% das actividades não realizadas;
- Os distritos de Cheringoma e Mabalane têm mais de metade das actividades não realizadas e as actividades realizadas não atingem sequer 10%.



Quadro I. Resumo do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito.

Para justificar o baixo nível de execução dos PESOD, os governos distritais reconheceram a existência de fragilidades institucionais no processo de planificação, que não é acompanhado de orçamento, de forma que a planificação é feita antes de se ter conhecimento dos tectos orçamentais, resultando daí numa planificação irrealista. O que na realidade acontece é a elaboração de um “shopping list” contendo todas as necessidades do distrito. Por outro lado, este processo continua ainda muito dependente dos sectores ao nível do governo provincial ou mesmo do governo central. Tal como foi apontado no primeiro exercício de monitoria, o principal constrangimento deste processo, está na engenharia institucional em torno da elaboração do PESOD.

O exercício de Auditoria Social, de 2009, apurou que persistem problemas de ordem técnica na área de infra-estruturas, sobretudo, na componente de fiscalização e, como resultado, os empreendimentos realizados no âmbito do PESOD têm problemas de qualidade e durabilidade.

Para além dos empreendimentos seleccionados para o ano de 2009, o trabalho de monitoria incidiu igualmente sobre as actividades que constavam dos PESODs de 2008 que, entretanto, não haviam sido realizadas e/ou estavam em curso na altura em que foi realizado o trabalho de campo em 2008. Concretamente, o trabalho de campo procurou verificar até que ponto as actividades, que não

foram realizadas em 2008, transitaram para os PESODs de 2009. Isto servia para aferir o nível de coerência na planificação. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, apenas, 17,9% dos empreendimentos não realizados em 2008 foi incluído nos PESODs de 2009. O trabalho de campo procurou ainda verificar até que ponto as actividades que estavam em curso quando se realizou o trabalho de campo em 2008 tinham sido concluídas em 2009. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, em termos percentuais, 38% tinham sido concluídas, 28,6% estavam em curso e 33,3% tinham sido paralisadas, ou seja, foram iniciadas em 2008 e não tiveram seguimento em 2009.

Distrito de Bilene

Das 9 actividades não realizadas em 2008, 3 constaram do PESOD de 2009. O trabalho de campo apurou que, das 5 actividades que estavam em curso em 2008, 3 ainda estavam em curso, 1 estava paralisada e 1 foi concluída. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 220 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas e abastecimento de água. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos, sendo 11 na área de infra-estruturas, correspondentes a 84,6% e 2 na área de abastecimento de água, correspondentes a 15,4% das realizações seleccionadas para a monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 3 foram concluídas, 5 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 23% foram concluídas, 38,5% estavam em execução e 38,5% não foram realizadas.

Distrito de Mabalane

Das 7 actividades que não foram realizadas em 2008, 2 constaram do PESOD de 2009. O trabalho de campo apurou que, das 5 actividades que estavam em curso em 2008, 3 já tinham sido concluídas e 2 estavam paralisadas em 2009. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 126 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 1 foi concluída, 5 estavam em execução e 7 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 7,7% foram concluídas, 38,5% estavam em execução e 53,8% não foram realizadas.

Distrito de Búzi

Das 11 actividades que não foram realizadas em 2008, 5 constaram do PESOD de 2009. O trabalho de campo apurou que, das 3 actividades que estavam em curso em 2008, 2 já tinham sido concluídas e 1 ainda estava em curso no ano de 2009. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 343 actividades, cobrindo várias áreas, com destaque para área de infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou os 10 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das actividades

seleccionadas para monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 10 actividades seleccionadas para monitoria, 3 foram concluídas, 3 estavam em curso e 4 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades objecto de monitoria, 30% foram concluídas, 30% estavam em execução e 40% não tinham sido realizadas.

Distrito de Cheringoma

Das 5 actividades que não foram realizadas em 2008, nenhuma constou do PESOD de 2009.

O trabalho de campo apurou que, as 2 actividades que estavam em curso em 2008, ainda não foram concluídas. No total, o plano de actividades de 2009 do distrito de Cheringoma consistia de 67 actividades, cobrindo várias áreas, a destacar: planeamento e infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 11 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 11 actividades seleccionadas para monitoria, 1 foi concluída, 2 estavam em execução e 8 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades objecto de monitoria, 9,1% foram concluídas, 18,2% estavam em execução e 72,7% não tinham sido realizadas.

Distrito de Chiúre

Das 2 actividades que não foram realizadas em 2008, nenhuma constou do PESOD de 2009. Das 8 actividades que estavam em curso em 2008, 1 já tinha sido concluída, 2 estavam paralisadas e as restantes 5 foram parcialmente concluídas. Na verdade, tratava-se de várias actividades agregadas numa só, como é o caso da construção de 3 secretarias dos Postos Administrativos de Katapua, Chiúre-velho e Namogelia, onde as 2 primeiras foram concluídas e a última não foi realizada. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 150 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas e actividades económicas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos destas duas áreas, sendo 12 na área de infra-estruturas, correspondentes a 92,3%, e 1 empreendimento na área de actividades económicas, correspondente a 7,7% das realizações seleccionadas para monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 4 foram concluídas, embora algumas ainda não tinham sido entregues oficialmente às autoridades competentes, 4 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 30,8% foram concluídas, 30,8% estavam em execução e 38,4% não foram realizadas.

Distrito de Montepuez

Das 6 actividades que não foram realizadas em 2008, nenhuma constou do PESOD de 2009. A única actividade que estava em curso em 2008, ainda não foi concluída, apesar do Governo Distrital reivindicar que tinha sido concluída. Em matéria de factos, tratava-se da reabilitação de 3 troços de via de saibro, dos quais 1 foi concluído e os restantes 2 foram dados como concluídos mas nos

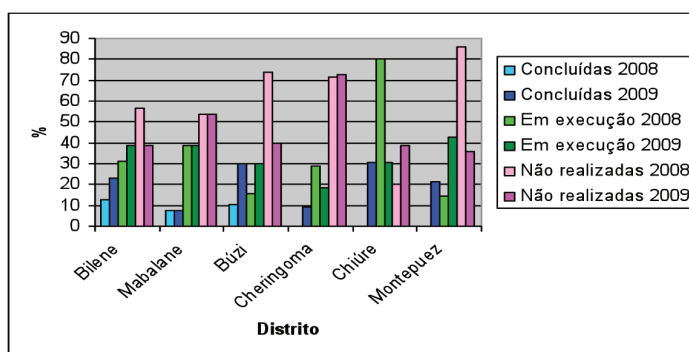
quais, na verdade, faltam ainda alguns quilómetros por terminar. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 160 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 14 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 14 actividades monitoradas, 3 foram concluídas, embora algumas ainda não entregues oficialmente às autoridades competentes, 6 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 21,4% foram concluídas, 42,9% estavam em execução e 35,7% não foram realizadas. A confrontação entre as constatações de 2009 e as de 2008, concluiu que, tanto em 2008 quanto em 2009, os 6 governos distritais abrangidos pela Iniciativa não realizaram sequer metade das actividades inscritas nos PESOD (Quadro 2).

- Em termos comparativos, o grau de execução de actividades passou de 5% em 2008, para 20% em 2009;
- O nível de actividades não realizadas reduziu-se consideravelmente, de 60% em 2008 para 46,5% em 2009;
- Os distritos de Cheringoma, Montepuez e Chiúre, cujo grau de realizações em 2008 era de 0%, registaram um crescimento na ordem dos 9%, 21% e 30% respectivamente;

- Nos distritos de Mabalane e Cheringoma persiste um baixo nível de actividades concluídas (menos de 10%);

- O distrito de Mabalane manteve o mesmo nível de execução em 2008 e em 2009;

- Em termos comparativos, os distritos de Bilene, Búzi e Montepuez registaram uma melhoria no seu desempenho. A percentagem de actividades concluídas aumentou em 10,5%, 19,5% e 21,4% respectivamente.

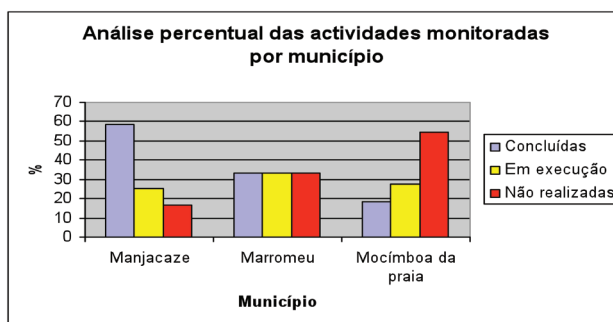


Quadro 2. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito em 2008 e 2009.

MUNICÍPIOS

O trabalho de campo da Iniciativa de Monitoria da Governação Local apurou que os municípios abrangidos pela Iniciativa ainda não realizam 60% das actividades inscritas nos planos anuais (Quadro 3).

- No quadro das actividades seleccionadas para monitoria, nenhum dos municípios atingiu 60% das realizações concluídas no ano de 2009;
- O município de Manjacaze concluiu mais de metade das actividades planificadas;
- O município da Mocímboa da Praia não realizou mais de metade das actividades planificadas para o ano de 2009;
- Há baixo nível de actividades em execução nos municípios (cerca de 30% das actividades monitoradas);
- Marromeu apresentou-se com 33,3% das actividades concluídas e igual número para as actividades em execução e não realizadas.



Quadro 3. Resumo do grau de execução das actividades seleccionadas por município.

Tal como nos distritos, para além dos empreendimentos seleccionados para o ano de 2009, o trabalho de monitoria incidiu igualmente sobre as actividades que constavam dos Planos de 2008 e que, entretanto, não haviam sido realizadas e/ou estavam em curso na altura em que foi realizado o trabalho de campo em 2008. Concretamente, o trabalho de campo procurou verificar até que ponto as actividades, que não foram realizadas em 2008, transitaram para os Planos de Actividades de 2009. Isto servia para aferir o nível de coerência na planificação. À excepção de Manjacaze, onde todas as actividades não realizadas em 2008 transitaram para 2009, o trabalho de campo apurou que, destas actividades, apenas 48,1 % transitou para os planos municipais de 2009. As justificações apresentadas pelos municípios para esta situação prendem-se com a mudança de liderança, como resultado das eleições municipais de 2008.

O trabalho de campo procurou ainda verificar até que ponto as actividades, que estavam em curso quando se realizou o trabalho de campo em 2008, tinham sido concluídas em 2009. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, em termos percentuais, 50% tinham sido concluídas, 33,3% estavam em curso e 17,7% tinham sido paralisadas. Ou seja, foram iniciadas em 2008 e não tiveram seguimento em 2009.

Município de Manjacaze

As 3 actividades que não foram realizadas em 2008, constaram do plano de actividades de 2009. Todavia, apenas 1 foi realizada. O trabalho de campo apurou que as 2 actividades que estavam em curso em 2008 já foram concluídas. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 51 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para a construção e urbanização e para a administração e finanças. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 12 empreendimentos destas duas áreas, sendo 8 da construção e urbanização, correspondentes a 75%, e 4 da administração e finanças, correspondentes a 25% das realizações seleccionadas para monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 12 actividades seleccionadas para monitoria, 7 foram concluídas, 3 estavam em execução e 2 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 58,3% foram concluídas, 25% estavam em execução e 16,7% não foram realizadas.

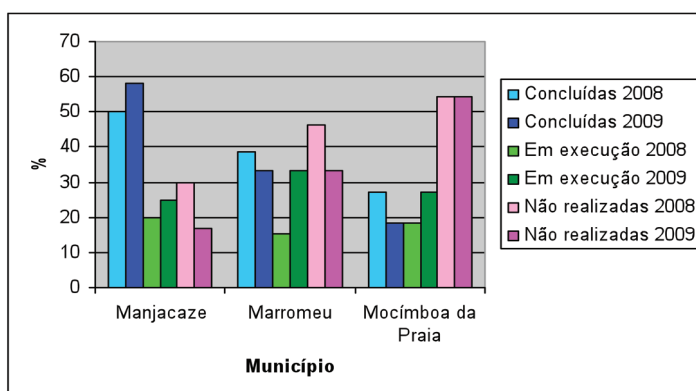
Município de Marromeu

Das 6 actividades que não foram realizadas em 2008, 3 constaram do plano de 2009. As 2 actividades iniciadas em 2008 continuavam em curso. No total, o plano de actividades de 2009 consistia em 63 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para urbanização e saneamento do meio, construção e infra-estruturas e educação e saúde. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 12 empreendimentos, sendo 9 na área de infra-estruturas, correspondentes a 75%, 2 na área de saneamento do meio, correspondentes a 16,7%, e 1 na área de educação e saúde, correspondente a 8,3% das realizações seleccionadas para a monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 12 actividades seleccionadas para monitoria, 4 foram concluídas, 4 estavam em execução e 4 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades objecto de monitoria em 2009, 33,3% foram concluídas, 33,3% estavam em execução e 33,3% não foram realizadas.

Município de Mocímboa da Praia

Das 6 actividades que não foram realizadas em 2008, nenhuma constou do plano de actividades de 2009. Das 2 actividades que estavam em curso em 2008, 1 foi concluída e a outra estava paralisada. No total, o plano de actividades de 2009 consistia de 100 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 11 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria. O trabalho de campo apurou que, das 11 actividades seleccionadas, 2 foram concluídas, 3 estavam em execução e 6 não tinham sido realizadas. Em termos estatísticos, das actividades objecto de monitoria, 18,2% foram concluídas, 27,3% estavam em execução e 54,5% não tinham sido realizadas. A confrontação entre as constatações de 2009 e as de 2008, concluiu que, tanto em 2008 quanto em 2009, as autarquias abrangidas pela Iniciativa não realizaram 60% das actividades inscritas nos planos anuais de 2008 e 2009 (Quadro 4).

- Em termos comparativos, o grau de execução de actividades baixou de 39% em 2008, para 37% em 2009;
- O nível de actividades não realizadas reduziu-se consideravelmente, de 44% em 2008 para 35% em 2009;
- O município de Manjacaze aumentou o grau de realizações de 50% em 2008 para 58% em 2009;
- O Município de Mocímboa da Praia continua com mais de 50% de actividades não realizadas;
- Em 2009, o Município de Marromeu duplicou o número de actividades em execução, de 15% em 2008 para 33%.



Quadro 4. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por município em 2008 e 2009.

I. INTRODUÇÃO

Em Maio de 2009, a Iniciativa de Monitoria de Governação Local lançou o primeiro relatório de monitoria da governação local, com o título “*Aspectos Críticos da Governação Local em Moçambique: Um olhar sobre 6 distritos e 3 autarquias*”. Tanto no lançamento, que se realizou em Maputo, como nos subsequentes lançamentos, havidos nas províncias, houve activa participação de entidades governamentais, organizações da sociedade civil, comunicação social e público em geral, que teceram comentários encorajadores, sobretudo, em termos de relevância para a institucionalização de alguns dos principais pilares para a boa governação, designadamente controle social e cidadania activa.

Outros comentários foram no sentido de melhorias da metodologia e mais profundidade do trabalho realizado, em termos de trazer mais elementos em torno do acentuado desnível entre o planificado e o realizado. Na mesma linha, outros comentários foram no sentido de mais abrangência territorial, em termos de cobertura de mais distritos. Houve também comentários, particularmente de entidades governamentais distritais, que, defensivamente, procuraram questionar a legitimidade do relatório.

Os comentários foram acolhidos de espírito aberto, na perspectiva de aprimorar cada vez mais o trabalho realizado e, com isso, a utilidade do nosso contributo no desafio dum combate sustentável à pobreza. Nesta perspectiva, para além da monitoria do PESOD e dos Planos Anuais municipais, o presente relatório procurou captar algumas dinâmicas sobre o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), os populares “7 milhões”. Reitera-se, porém, que o enfoque metodológico continua o mesmo, o de tipo Auditoria Social, cujo objecto de monitoria continua o PESOD (distritos) e o Plano e Orçamento Anual (autarquias). Este relatório coincide com o fim da primeira fase da implementação da Iniciativa e de reflexão sobre o figurino, abrangência territorial e enfoque metodológico da segunda fase da Iniciativa, que se pretende que dê um salto para uma dimensão de movimento social à escala nacional, movimentando organizações da sociedade civil, organizações de base comunitária, Conselhos Consultivos, etc.

Através deste relatório, as quatro organizações da sociedade civil que desenvolvem esta Iniciativa, designadamente, a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento e Democracia, o Centro de Integridade Pública, o Grupo Moçambicano da Dívida, e a Liga dos Direitos Humanos, reafirmam o seu compromisso de colaborar com entidades governamentais e não governamentais na luta contra a pobreza absoluta. Nesta iniciativa, estas organizações são parceiras dos Conselhos Consultivos Distritais de Bilene e Mabalane (Gaza), Búzi e Cheringoma (Sofala), Montepuez e Chiúre (Cabo Delgado) e as Assembleias Municipais de Manjacaze (Gaza), Marromeu (Sofala) e Mocímboa da Praia (Cabo Delgado).

2. METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

A Iniciativa de Monitoria de Governação Local combina as técnicas de monitoria e Auditoria Social. O xadrez do controle social, no mundo, apresenta muitas iniciativas metodológicas que se estendem da monitoria orçamental ao rastreio da despesa pública, mas a Iniciativa optou pela monitoria e Auditoria Social por, em conjunto, terem um intrínseco potencial de contribuir para a melhoria do desempenho dos organismos públicos, ao nível local, ao mesmo tempo que reforçam a atenção e o interesse popular pela gestão da coisa pública.

Se a monitoria da implementação dos planos de actividades distritais e autárquicas apresenta limitações, como instrumento de controle social, no contexto moçambicano, dado que estes planos - incluindo os autárquicos, ainda que em menor escala - dependem do financiamento do Governo Central, a Auditoria Social é muito vanguardista, pois reduz o encobrimento do mau desempenho com argumentos de dependência de financiamento dos PESOD e planos anuais pelos órgãos centrais. É que a auditoria social incide sobre a qualidade e relevância dos empreendimentos erguidos, ou seja, sobre o que se fez com os poucos recursos disponíveis. Portanto, as duas opções metodológicas complementam-se e, provavelmente, apresentam-se muito instrumentais para os objectivos de consolidação democrática e combate à pobreza.

Neste momento, a ideia de Auditoria Social resumiu-se à recolha de opiniões das comunidades beneficiárias dos empreendimentos monitorados pela Iniciativa. A ideia era de, em cada empreendimento monitorado, se organizar uma reunião popular, onde os beneficiários apresentassem testemunhos sobre a relevância e qualidade dos empreendimentos, incluindo o processo de construção e/ou reabilitação. Isto não aconteceu na forma idealizada devido a falhas na coordenação com as autoridades locais, mas a equipa de monitoria esforçou-se por assegurar que, em cada empreendimento monitorado, houvesse um contacto com as pessoas disponíveis da comunidade para elas tecerem os seus comentários sobre a qualidade dos trabalhos.

Tratando-se do segundo ano de monitoria, no terreno, para além dos empreendimentos seleccionados para o ano de 2009, o trabalho incidiu, igualmente, sobre as actividades que constavam dos PESODs e dos Planos Anuais municipais de 2008 que, entretanto, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso na altura em que foi realizado o trabalho de campo em 2008. Concretamente, o trabalho de campo procurou verificar a medida em que as actividades, que não foram realizadas em 2008, transitaram para os PESODs e Planos anuais de 2009. Isto servia para aferir o nível de coerência na planificação. O trabalho de campo procurou ainda verificar até que ponto as actividades, que estavam em curso quando se realizou o trabalho de campo em 2008, tinham sido concluídas em 2009.

A metodologia previa ainda que, a partir do segundo ano de monitoria, se iria aferir o grau de utilização dos empreendimentos construídos nos anos anteriores. Este dado serviria para aferir a relevância dos empreendimentos erguidos, que se obtém através do grau de utilização dos empreendimentos pelas comunidades. Isto não foi feito pelo constrangimento que são as distâncias que separam uns empreendimentos dos outros e dos locais onde se encontram os novos empreendimentos *versus* os erguidos no ano anterior.

O trabalho de monitoria privilegiou, entre as actividades inscritas nos PESOD e Planos Anuais municipais, as actividades que são mais substantivas para os objectivos de combate à pobreza, ou seja, aquelas actividades com elevado potencial de impacto na melhoria das condições de vida da população. Tais são os casos de construções de salas de aulas, abertura e reabilitação de fontanários de água, construção de centros de saúde, abertura, pavimentação e reabilitação de vias de acesso, etc. As restantes actividades, constantes dos PESODs e Planos Anuais municipais, são do tipo administrativo, normalmente, ligadas a seminários e variadas campanhas de sensibilização da população, por exemplo, contra queimadas descontroladas, etc. Um outro aspecto importante é que as actividades seleccionadas, quer nos distritos quer nos municípios, são as que foram implementadas nos postos administrativos e localidades distantes das vilas-sede distritais e municipais. Isto explica, por um lado, a falta de representatividade estatística entre as actividades planificadas, por exemplo, num PESOD e o número de actividades seleccionadas para a monitoria e, por outro lado, a falta de uniformidade no número de actividades seleccionadas para a monitoria entre os distritos e os municípios.

O objecto de monitoria é o PESOD, para os distritos, e o Plano Anual, para as autarquias locais. Nos dois casos, a Iniciativa pretendia aferir o grau de implementação das actividades planificadas nos PESOD e Planos Anuais municipais. Para 2009, a Iniciativa abordou também o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), os vulgo “7 milhões”, e o trabalho consistiu na recolha de experiências de sucesso e/ou fracasso dos projectos aprovados no âmbito deste fundo, os determinantes do sucesso/fracasso dos projectos e que actividades de monitoria cabem às instituições responsáveis pelo fundo ao nível dos governos distritais.

A execução metodológica da monitoria observou os seguintes passos:

- Obtenção dos Planos Anuais dos Conselhos Municipais e PESOD;
- A partir dos Planos Anuais dos Conselhos Municipais e PESOD, selecção das principais actividades/realizações a serem alvo de monitoria;
- Obtenção dos Relatórios Anuais dos Governos Distritais/Autárquicos e verificação do estado das actividades seleccionadas, ou seja, verificar o que os relatórios dizem sobre as actividades/realizações seleccionadas para monitoria;
- Partilha das matrizes contendo as actividades seleccionadas para efeitos de monitoria com as autoridades distritais e autárquicas;
- Negociação com as autoridades distritais e autárquicas sobre o trabalho de campo, em termos de momentos apropriados para a sua realização e, sobretudo, tendo em conta a necessidade de inclusão dum membro do governo distrital e da autarquia local na equipa técnica que ia visitar as realizações no terreno;
- Verificação física às realizações seleccionadas. No terreno, verificação da existência, ou não, do empreendimento. A pergunta era: *a actividade foi feita?* Em caso afirmativo, fazia-se a Auditoria Social em termos de aferição qualitativa, tendo em conta:
 - i) *o descrito no plano;*
 - ii) *uma apreciação da equipa técnica, e*
 - iii) *uma apreciação dos beneficiários que se encontrassem presentes na hora da visita de monitoria.*

Na sede distrital e autárquica, se fez a sistematização, apresentação e discussão das constatações com os administradores distritais, presidentes dos conselhos municipais e em sede dos Conselhos Consultivos Distritais e Assembleias Municipais. Este foi o espaço e momento em que se fizeram todas as discussões em torno das constatações e se produziu o *draft* do relatório. Isto significa que a equipa saiu do terreno já com o *draft* do relatório do distrito e/ou município.

Embora se possa usar os dados aqui apresentados para se tirar algumas ilações da governação nos distritos e autarquias do país, os resultados apresentados neste relatório limitam-se ao trabalho de campo realizado nos 6 distritos e 3 autarquias abrangidas pela Iniciativa.

Quadro 5. Assuntos transversais: género

A metodologia da Iniciativa preconizava explorar as contribuições dos governos locais para uma maior equidade entre homens e mulheres no acesso às oportunidades, recursos e participação no desenvolvimento local. Isto seria feito em duas dimensões: primeiro, ao nível dos órgãos colegiais, tais como assembleias municipais, conselhos consultivos, explorando as dinâmicas das relações de poder nestes órgãos e, segundo, em termos de, na selecção de actividades para monitoria, dar-se prioridade àquelas actividades que têm um potencial para ajudarem num combate à pobreza assente na valorização dos contributos do homem e da mulher; e que, ao mesmo tempo, promovem o um maior envolvimento da mulher em actividades de combate à pobreza ao lado do homem. Trata-se de actividades relacionadas com a abertura de furos de água, construção de unidades sanitárias com maternidade, o acesso aos créditos do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local.

Este exercício não foi realizado de forma satisfatória pelas dificuldades que, por um lado, decorreram da falta de registo dos participantes e de actas das sessões dos órgãos colegiais e, por outro lado, por ter se mostrado difícil conciliar o principal critério de selecção das actividades para monitoria, o qual privilegia aquelas actividades que aparentemente têm mais potencial para trazer impacto nos objectivos de combate à pobreza, ou seja, na melhoria das condições de vida da população. Tais são os casos de construção de salas de aulas, abertura e reabilitação de fontanários de água, construção de centros de saúde, abertura e reabilitação de vias de acesso, etc.

Mesmo assim, o trabalho de monitoria captou a impressão de que os abrangidos têm sensibilidade para assuntos de género, pois, apurou que actividades como construção de maternidades e casas de 'mãe espera', empreendimentos que pela sua natureza respondem às necessidades práticas das mulheres, foram uma constante em quase todos os planos dos governos locais, sobretudo nos distritos. Porém isto ainda não se estende ao acesso ao Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, dado que só um pequeno número de mulheres tem acesso aos fundos do OIIL. Em média, nos 6 distritos, apenas 7% dos beneficiários são mulheres.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS POR DISTRITO/AUTARQUIA

3.1 Distrito de Bilene

Informação Geral

O Distrito de Bilene situa-se no sudeste da Província de Gaza, com uma superfície de 3.200 km² e 151.911 habitantes (censo de 2007). O distrito está dividido em 6 postos administrativos nomeadamente, Macia, Chissano, Messano, Macuane, Mazivila e Praia do Bilene.

O Conselho Consultivo distrital de Bilene é composto por 50 membros, 16 dos quais são mulheres. Em 2009, o Conselho Consultivo reuniu-se duas vezes em sessão ordinária e uma vez em sessão extraordinária. Cada uma das sessões teve aproximadamente 3 a 4 horas de duração. Em cada sessão elaborou-se uma síntese. As sessões foram dominadas por:

1. Apresentação, análise e aprovação de projectos para 2009 no âmbito do Orçamento de Investimentos de Iniciativa Local;
2. Avaliação do grau de reembolso dos projectos de 2006-2008;
3. Ponto de situação da implementação dos projectos financiados; e
4. Apresentação e aprovação dos projectos seleccionados nos conselhos consultivos dos Postos Administrativos.

Em 2009, o distrito recebeu 8.307.900,00 MT no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local. O Conselho Consultivo aprovou 48 projectos, sendo 24 para a produção de comida e 24 para geração de emprego e rendimentos.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Bilene consistia de 220 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas e abastecimento de água.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos sendo 11 na área de infra-estruturas, correspondentes a 84,6% e 2 na área de abastecimento de água, correspondentes a 15,4% das realizações seleccionadas, que foram as seguintes

- Reabilitação do edifício onde funciona o Serviço Distrital da Saúde, da Mulher e da Acção Social;
- Reabilitação do edifício da Saúde Materno-Infantil;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Mangol;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Mamonhe;

- Reabilitação do Centro de Saúde de Tuane;
- Reabilitação do edifício nutricional Pfuka Ufamba;
- Conclusão do edifício para o depósito de medicamentos;
- Reabilitação do sistema de esgotos do Centro de Saúde da vila-sede;
- Reabilitação do sistema de esgotos do Centro de Saúde da Praia de Bilene;
- Construção de Casa de Mãe Espera na vila-sede;
- Construção de 2 casas de mãe espera nas periferias do distrito;
- Construção de 4 anexos no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia;
- Construção de salas de aulas.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Bilene faz menção a 3 das 13 actividades seleccionadas. Trata-se da reabilitação do edifício onde funciona o Serviço Distrital da Saúde, da Mulher e Acção Social; da construção de 4 anexos no Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia e da construção da Casa de Mãe Espera em Mamonho, todas elas em curso. O relatório faz também referência a algumas actividades que não tinham sido realizadas e/ou que estavam em curso em 2008, que são as seguintes: construção de residências com material convencional para os Chefes dos Postos Administrativos de Macuane e Mazivila; reabilitação do património do Governo, como sendo obras em curso, a construção de sombras para o estacionamento de viaturas junto do Governo Distrital e a reabilitação de bombas de água, como obras concluídas.

Constatações no terreno pela equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 3 foram concluídas, 5 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 23% foram concluídas, 38,5% estavam em execução e 38,5% não foram realizadas (Gráf. 1).

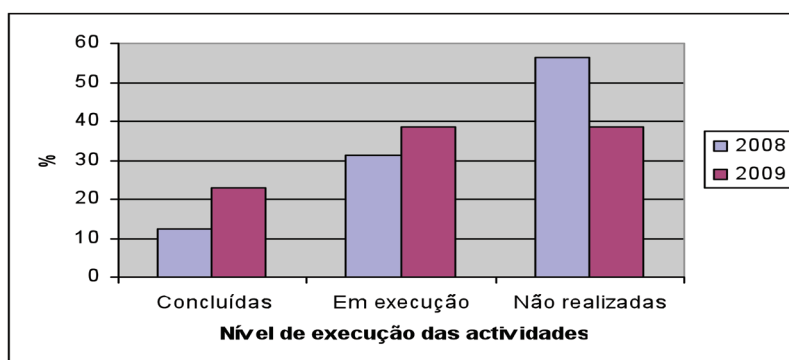


Gráfico 1. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Bilene.

EM RESUMO:

Actividades realizadas

- Reabilitação do edifício da Saúde Materno-Infantil;
- Reabilitação do edifício nutricional Pfuka Ufamba;
- Reabilitação do sistema de esgotos do Centro de Saúde da vila-sede.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Reabilitação do edifício onde funciona o Serviço Distrital da Saúde, da Mulher e Acção Social;
- Construção de Casa de Mãe Espera na vila-sede;
- Construção de 2 casas de mãe espera nas periferias do distrito;
- Construção de 4 anexos no SDEJT;
- Construção de salas de aulas.

Actividades não realizadas

- Reabilitação do Centro de Saúde de Mangol;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Mamonhe;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Tuane;
- Conclusão do edifício para o depósito de medicamentos;
- Reabilitação do sistema de esgotos do Centro de Saúde da Praia de Bilene.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 14 actividades, onde 9 não tinham sido realizadas e 5 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Construção de 4 sombras para o estacionamento de viaturas junto do Governo Distrital;
- Plantio de 90 árvores de sombra nos locais históricos de Muchabje e no monumento de Magul;

- Vedação do Monumento de Magul com arame farpado;
- Aquisição de 15 juntas de gado bovino para tracção animal;
- Reabilitação de 24 km de valas de drenagem e fomento de culturas resistentes à seca em Mangol, Manzir, Magul e Chichango;
- Reabilitação do matadouro na vila-sede;
- Construção de 4 instalações pecuárias melhoradas em Mangol, Tuane e Machenganhe;
- Construção dos escritórios dos postos administrativos;
- Construção de 23 furos de água na vila da Macia.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção de casas de banho em 11 Unidades Sanitárias;
- Construção de residências com material convencional para os Chefes dos Postos Administrativos de Macuane, Mazivila e Messano;
- Pavimentação das ruas que circundam a casa oficial do Governo;
- Reabilitação do património do Governo;
- Reabilitação de 22 furos de água na Vila da Macia.

O trabalho de campo apurou que, das 9 actividades que não tinham sido realizadas em 2008, apenas a construção de 4 sombras para o estacionamento de viaturas, junto do Governo Distrital e a reabilitação de 24 km de valas de drenagem foram concluídas. A construção dos escritórios dos postos administrativos tinha sido recuperada para o PESOD de 2009 e estava em curso. As restantes 6 actividades não foram integradas no PESOD de 2009. Das 5 actividades que estavam em curso em 2008, apenas a reabilitação de bombas de água tinha sido concluída, a pavimentação das ruas que circundam a casa oficial do governo ficou paralisada e as restantes 3 actividades ainda estavam em curso.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Na altura em que decorreu a monitoria no terreno, os 24 km de valas de drenagem reabilitados em Mangol, Manzir, Magul e Chichango já estavam cobertos de capim. A reabilitação do edifício onde funciona o Serviço Distrital da Saúde, Mulher e Acção Social é uma obra em curso, mas já com algumas imperfeições, tais como rachas nas paredes. Mesmo assim, o edifício está a ser pintado. O tecto falso já apresentava sinais de infiltração de águas pluviais pois trocaram o tecto falso sem substituir as chapas. Problema similar acontece com as portas, que estavam já pintadas mas com sinais claros de que precisavam de uma restauração antes, dado o seu nível de degradação.

O depoimento de uma funcionária daquela instituição diz o seguinte: "O *empreiteiro desta obra deve*

ser um amador. Nós chamávamos-lhe a atenção mas ele não nos ouvia. Nesta janela, montou a rede antes de colocar a grade por isso queimou a rede. Vejam aquela porta, pintaram mas está estragada na parte de baixo ”.

Diferentemente do constatado no Centro de Saúde de Mamonho, a casa de banho construída no Centro de Saúde de Messano tem dimensões demasiado pequenas. Embora obras do mesmo pacote, as duas Casas de Mãe Espera, em construção na vila sede e em Mamonho, no Posto Administrativo de Messano, apresentam diferenças. É que o edifício da vila-sede está a ser erguido com material convencional, diferentemente do edifício de Mamonho que foi feito com material misto, isto é, paredes de caniço e cobertura de chapas de zinco.

Na componente de abastecimento de água, o governo distrital reabilitou 18 bombas manuais das quais, 5 ocorreram nos locais inicialmente planificados e as restantes 13 noutros locais. Três destas bombas já estavam avariadas aquando da monitoria no terreno (Malhamisse, Matendene e Mutlokolene Bairro 4).

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários da Administradora do Distrito

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, Maria Joana Matidiane, Directora Provincial de Agricultura de Gaza, na altura administradora substituta do distrito de Bilene, convidou a equipa de monitoria a participar na elaboração do plano do distrito para saber quanto era o orçamento previsto e o que foi feito, já que nos distritos planifica-se antes de se conhecer o orçamento

“... nós planificamos antes de conhecer o orçamento. A questão da descentralização orçamental talvez poderá melhorar com as Assembleias Provinciais porque podem elaborar o orçamento ao nível provincial” disse.

Sobre as valas de drenagem disse que não importava o estado em que elas se encontravam, naquele momento, mas sim o trabalho realizado pelo governo que foi reabilitá-las

“... nós cumprimos o plano que era de reabilitar as valas de drenagem. Gastamos muito dinheiro com maquinarias para a reabilitação daquelas valas. Por isso o estado em que se encontram agora não importa, se tem capim ou não isso não importa, nós cumprimos a nossa parte e a população vai usar para a irrigação ” reivindicou.

Para terminar disse que

“...a planificação é feita antes de se saber quanto será alocado ao distrito no ano em causa e, quando o dinheiro vem, o Governo tem que se debater com as obras que se propôs realizar (...) O Governo faz aquilo que é possível fazer e às vezes até realiza actividades que não constam do plano em função das prioridades da população.

Matidiane, sugeriu ainda que a Iniciativa fizesse a análise de custo, benefício e impacto e produzisse recomendações aos governos distritais com enfoque para os aspectos positivos.

Comentários do Conselho Consultivo

Reagindo aos resultados do trabalho de monitoria no terreno, Adélia Mussuei, Chefe do Posto Administrativo de Chissano, afirmou que há grandes problemas de água nos postos administrativos. Referiu-se à localidade de Licilo, onde a bomba estava avariada há muito tempo e quando contactaram o empreiteiro que reparava as bombas de água, ele disse que aquela não estava contemplada no plano. Falando sobre as unidades sanitárias, confirmou que tinha sido planificada a construção de latrinas e das Casas de 'Mãe Espera' mas que, depois, não aconteceu

"...é verdade que nos centros de saúde se prometeu a construção de latrinas e casas de mãe espera, mas não foi feito e como vão se arranjar os doentes e as mulheres grávidas?" questionou.

Na mesma linha, Rafael Mangué, membro do CCD, disse não perceber o que estava a acontecer com o Governo Distrital porque, por um lado, existem muitas actividades planificadas nos PESOD de 2008 e 2009, mas que não foram realizadas e, por outro lado, o facto de actividades do mesmo projecto serem implementadas de formas diferenciadas em diferentes postos administrativos

"...se fosse possível o governo devia fornecer-nos os projectos de construção das obras bem como da contratação da empreitada, porque não se justifica o edifício da Casa de Mãe Espera da vila-sede ser construído com o material convencional e o edifício da Casa de Mãe Espera de Mamonho ser construído com o material misto enquanto tudo é do mesmo plano " reclamou.

Por sua vez, José Mucavel, director do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, disse que não foi possível cumprir com o plano devido à insuficiência de fundos. Exemplificando, disse que, no sector de educação, o trabalho avançou mas não foi possível cobrir tudo que foi planificado por causa de problemas de ordem financeira. Por outro lado, lamentou o facto de a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Mazivila, que foi iniciada em 2008, não ter sido concluída até agora enquanto a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Macuane, que iniciou em 2009, já foi concluída.

Sobre o trabalho de monitoria, Sara Tivane, membro do CCD, disse que os membros dos conselhos consultivos têm o direito de questionar quando vêm as obras paralisadas e entende que é obrigação do Governo dar esclarecimentos sobre as obras paralisadas porque, no seu entender, os membros do CCD é que aprovam os planos. Para terminar, Eugénio Machava confirmou que a monitoria é um trabalho dos membros dos CC e acrescentou que o trabalho do Governo deve ser levado a cabo dando-se prioridade àquilo que foi inicialmente planificado

"...há furos que já estavam no plano de 2008, mas que não foram reabilitados e há outros que apareceram em 2009 e que foram reabilitados. Não devemos trabalhar assim, temos que ver o que planificamos primeiro e depois as demais actividades " concluiu.

3.2 Distrito de Mabalane

Informação Geral

O distrito de Mabalane localiza-se a Norte da província de Gaza, com uma superfície de 9.580 km² e 32.040 habitantes (censo de 2007). O distrito está dividido em 3 postos administrativos, nomeadamente, Mabalane-sede, Combomune e Ntlavenhe.

O Conselho Consultivo Distrital de Mabalane é composto por 49 membros, sendo 12 mulheres e 37 homens. Em 2009, o Conselho Consultivo reuniu-se duas vezes em sessão ordinária e uma vez em sessão extraordinária. Cada uma das sessões teve aproximadamente 6 horas de duração. Em cada sessão elaborou-se uma acta e uma matriz de recomendações.

Constituíram principais pontos das agendas das sessões os seguintes:

1. Apresentação do relatório balanço de 2008;
2. Apresentação do PESOD para 2009;
3. Análise das actividades realizadas pelas comissões de trabalho do Conselho Consultivo Distrital;
4. Análise e aprovação dos projectos no âmbito do OILL;
5. Análise do ponto de situação dos reembolsos dos fundos do OILL;
6. Apreciação do grau de execução do OILL 2008;
7. Balanço anual das actividades desenvolvidas pelas comissões de trabalho;
8. Aprovação de projectos de geração de comida;
9. Apresentação do balanço das actividades do 1º semestre;
10. Apresentação e aprovação dos projectos para 2010.

Em 2009, o distrito recebeu 6.742.800,00MT no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local. O Conselho Consultivo aprovou 64 projectos sendo 26 para produção de comida e 38 geração de rendimento.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Mabalane consistia em 126 actividades, cobrindo várias áreas, com destaque para infra-estruturas.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria que são as seguintes:

- Construção de 1 maternidade no P/A de Combomune;

- Construção do edifício da secretaria da vila-sede;
- Construção de I residência para o Chefe do P/A de Tlavene;
- Construção de I residência para o Chefe do P/A da vila-sede;
- Construção de I furo de água com tanque carracida na vila-sede;
- Construção de fontes de abastecimento de água em todo o distrito;
- Construção de valas de drenagem nas zonas baixas do rio Limpopo;
- Construção de I maternidade em Nhimbayinwe B no P/A de Tlavene;
- Vedação do Centro de Saúde de Mabalane;
- Construção de alpendres na Unidade Sanitária de Pfúkwe;
- Reabilitação do Centro de Saúde Nhimbayinwe;
- Construção da Casa Mãe Espera em Tsocate;
- Construção de salas de aulas nas escolas de Hochane (1), Combomune-estação (4) e Mabomo (3).

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Mabalane faz menção a 2 das 13 actividades seleccionadas. Trata-se da construção do edifício da secretaria do Posto Administrativo da vila-sede, orçamentado em 1.167.903,63MT, e a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo da vila sede, orçamentado em 1.082.096,37MT, como sendo obras na fase conclusiva.

Constatações no terreno pela equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 1 foi concluída, 5 estavam em execução e 7 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 7,7% foram concluídas, 38,5% estavam em execução e 53,8% não foram realizadas (Gráf. 2).

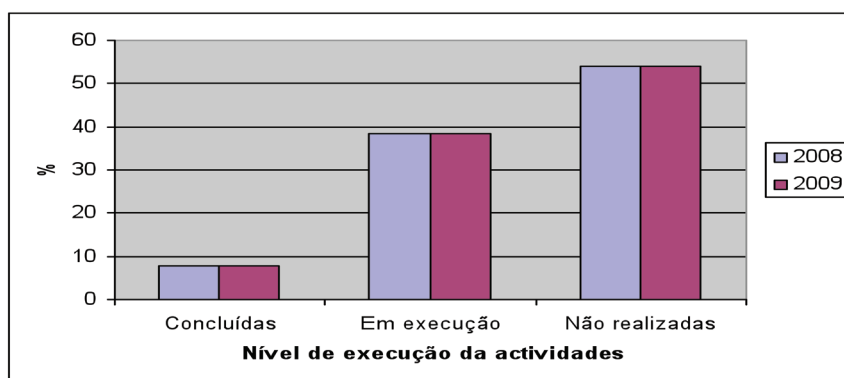


Gráfico 2. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Mabalane.

EM RESUMO:

Actividades realizadas

- Construção de salas de aulas nas escolas de Hochane (1), Combomune-estação (4) e Mabomo (3).

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção de 1 maternidade no P/A de Combomune;
- Construção do edifício da secretaria da vila-sede;
- Construção de 1 residência para o Chefe do P/A da Vila-sede;
- Construção de 1 furo de água com tanque carracida na vila-sede;
- Construção de fontes de abastecimento de água em todo o distrito.

Actividades não realizadas

- Construção de 1 residência para o Chefe do P/A de Tlavene;
- Construção de valas de drenagem nas zonas baixas do rio Limpopo;
- Construção de 1 maternidade em Nhimbayinwe B no P/A de Tlavene;
- Vedação do Centro de Saúde de Mabalane;
- Construção de alpendres na Unidade Sanitária de Pfúkwe;
- Reabilitação do Centro de Saúde Nhimbayinwe;
- Construção da Casa Mãe Espera em Tsocate.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 12 actividades, onde 7 não tinham sido realizadas e 5 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades/obras não realizadas no ano de 2008_

- Aquisição de 100 bovinos para fomento nos Postos Administrativos de Mabalane – Sede e Combomune;
- Construção de 1 tanque carracida com furo da água no Posto Administrativo de Tlavene;

- Reabilitação da secretaria do Posto Administrativo de Combomune – Sede;
- Construção de uma Maternidade em Mabomo;
- Reabilitação de 3 estradas terciárias principais que interligam as aldeias Pfúkwe, Matidze e Jasse e construção das respectivas pontecas;
- Construção de uma represa em Combomune;
- Aquisição de um tractor com as respectivas alfaias para o Posto Administrativo de Tlavene.

Actividades/obras iniciadas, mas não concluídas

- Aquisição e distribuição de 25 charruas, e seus acessórios, para as localidades de Combomune-Rio, Tsocate e Mabalane – Sede;
- Aquisição e distribuição de 5 motobombas;
- Reabilitação de 2 salas de aulas e bloco administrativo na EPC de Ndhanguene “A”;
- Aquisição e distribuição de 200 chapas de zinco para salas de aulas nos Postos Administrativos de Tlavene (75), Combomune (75) e Mabalane-Sede (50);
- Reparação de 9 furos de água.

O trabalho de campo apurou que, das 7 actividades que não foram realizadas em 2008, apenas 3 foram integradas no PESOD de 2009. Quando se fez a monitoria, as 3 actividades estavam em curso, nomeadamente a aquisição de gado bovino para o fomento, a construção de 1 tanque carracida com furo da água no posto administrativo de Tlavene e a construção de uma represa em Combomune. As restantes 4 actividades não foram integradas no PESOD de 2009. Das 5 actividades que estavam em curso em 2008, 3 já foram concluídas e 2 estavam paralisadas, nomeadamente a reabilitação de 2 salas de aulas e bloco administrativo na EPC de Ndhanguene “A” e a reparação de furos de água.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Estavam em curso as obras de construção dos edifícios para funcionamento da secretaria do Posto Administrativo da vila-sede e a residência do respectivo Chefe do Posto. Para estes empreendimentos foram alocados 2.250.000,00MT (dois milhões e duzentos e cinquenta mil meticais), o que equivale a 90% do orçamento alocado para infra-estruturas locais.

As 7 salas de aulas recentemente construídas e concluídas com material convencional nas escolas de Mabomo e Combomune-estação, já apresentavam algumas rachas nas paredes e no soalho. Por outro lado, a sala de aulas de Hochane, embora parte do mesmo projecto, foi construída com material misto, isto é, cobertura com chapas de zinco e as paredes e soalho com material local.

Na altura em que decorreu o trabalho de campo, a represa do Posto Administrativo de Combomune, obra orçada em 1 632 000,00Mt (um milhão seiscentos e trinta e dois mil meticais) estava paralisada

porque foi abandonada pelo empreiteiro ainda na fase inicial, depois deste ter recebido o valor total para a construção deste empreendimento.

Na sede do Posto Administrativo de Tlavene, estava em curso a construção de um tanque carracida com furo de água. Entretanto, o corredor para o tanque foi erguido, até a uma altura de cerca de meio metro, com blocos, e o resto das paredes foi feito com ferros tirados de sucatas de camas estragadas, no lugar de *postiletes* e varões, o que não oferece nenhuma resistência para a força do gado bovino. Embora ainda não tenha sido montado o sistema de bombagem de água, informações colhidas no local, apontam que aquele furo deita água muito salgada, dado que foi aberto a uma profundidade de 73 metros no lugar dos recomendados 100 metros.

Dos 100 bovinos que estavam previstos para o fomento no Distrito de Mabalane, foram comprados e distribuídos apenas 28. Entretanto, informações colhidas no local referem que a distribuição do gado não foi do conhecimento da população. No Posto Administrativo de Tlavene, por exemplo, um cidadão que vive a cerca de 50 metros da secretaria do Posto Administrativo afirmou categoricamente, perante a estrutura local composta pelo Chefe do Posto, líder comunitário e Chefe da Localidade, que a população não teve conhecimento da existência do gado para o fomento, nem houve a aludida reunião convocada para se informar a população

“... não tivemos conhecimento sobre esse gado de fomento que custava 2.500,00Mt, nem houve a tal reunião porque não é possível eu, a minha esposa e os nossos filhos todos não termos tido conhecimento. Eles dividiram o gado entre eles (...) a Chefe do Posto, por exemplo, comprou 5 cabeças em nome da população e foi abater na Manhiça” desabafou.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários do Administrador do Distrito

Reagindo aos resultados do trabalho de monitoria no terreno, Artur Macamo, Administrador do Distrito de Mabalane, confirmou que o gado bovino chegou ao distrito, mas não na sua totalidade, dado que se esperavam 100 bovinos e se receberam apenas 28. No que se refere ao tanque carracida de Tlavene, Macamo disse que o mesmo está à responsabilidade do Comité do Parque e já nada tem a ver com os fundos provenientes do OILL. Entretanto, reconheceu que o corredor estava mal feito e disse que o Governo deu orientações para que não se pagasse ao empreiteiro antes de ele fazer a devida correcção. Sobre a aquisição de um tractor, afirmou que o tractor que o CCD deliberou que fosse alocado ao Posto Administrativo de Tlavene não foi comprado, mas o dinheiro foi disponibilizado a Salomão Chongo, líder comunitário no Posto Administrativo de Tlavene e beneficiário do projecto da compra do tractor e este foi comprar duas camionetas em vez do tractor. Por se tratar de um desvio de aplicação, o beneficiário foi multado em 5% sobre o valor da devolução.

Sobre as maternidades dos Centros de Saúde de Mabomo e Nhimbayinwe, o Administrador disse que não foram construídas porque os parceiros não honraram os compromissos inicialmente acordados

“... o plano da maternidade de Mabomo foi feito em parceria com a Africace-ecoturismo e eles comprometeram-se a comprar o material e o Governo havia de entrar com a mão de obra, mas até aqui ainda não compraram nada. A Maternidade de Nhimbayinwe contava com o financiamento dos Médicos Mundi, mas também não honraram o compromisso” frisou.

Falando da represa, que foi iniciada e abandonada em Combomune, disse que o empreiteiro não foi honesto, porque recebeu o dinheiro e não construiu a represa. Mas tal facto já foi submetido à Procuradoria e está a seguir os trâmites legais. Falando ainda sobre os empreiteiros, Macamo disse que muitos deles não são residentes do distrito e isso dificulta o trabalho do Governo Distrital

“...temos o caso da rectificação das janelas na Escola de Dhangue. Já contactamos várias vezes o empreiteiro para vir rectificar, mas, como não é daqui, ainda não veio ” afirmou.

No que concerne à construção/reabilitação das fontes de abastecimento de água, afirmou que os cerca de 400.000,00MT (quatrocentos mil meticais) financiados para este empreendimento cobriram apenas a abertura de um furo, com 150 metros de profundidade, na vila-sede e não foi possível proceder à montagem do sistema de bombagem de água por exiguidade de fundos.

Sobre a construção de residências para os chefes dos postos administrativos e respectivos edifícios das secretarias, afirmou que os 2.500.000,00MT (dois milhões e quinhentos mil meticais), disponibilizados para o efeito, não eram suficientes para cobrir o que estava planificado, pelo que o governo priorizou a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo da vila-sede e respectivo edifício da Secretaria. Para terminar, Macamo disse que a não realização de todas as actividades inscritas no PESOD, deveu-se à falta de cabimento orçamental.

Comentários do Conselho Consultivo

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, Alberto Siteo, membro do CCD, manifestou o seu descontentamento com a qualidade de construção da escola de Mabomo que, contrariamente à escola de Hoyo-Hoyo, foi mal feita.

“... não estou satisfeito com a escola de Mabomo porque foi mal feita. O chão não foi bem cimentado. Se calhar encheram areia no momento da preparação da massa ou usaram cimento de má qualidade” desabafou.

Manuel Benzane, também membro do CCD, disse que a estrada que liga os troços de Niza-Pfukwe não foi feita com as medidas inicialmente previstas, 20 metros de largura, mas com 15 metros de largura. Para além do problema da estrada, Benzane disse que o empreiteiro deixou dívidas para com a população

“o empreiteiro contratou a população para a construção da estrada e não pagou (...) a população quer o seu dinheiro” frisou.

Para Helena Tsambane, a represa de Combomune foi um desperdício de dinheiro. Segundo ela, esta questão tinha sido muito discutida nas sessões do Conselho Consultivo, quando já se tinha pago ao empreiteiro metade do valor orçamentado para a construção deste empreendimento:

“... quando o empreiteiro recebeu 800 000,00Mt nós já precisávamos dele, mas, mais tarde, só ouvimos dizer que lhe pagaram o resto do dinheiro” venceu.

Constantino Songane, membro do CCD e Chefe do Posto Administrativo de Tlavene, disse que, no distrito, há muitas obras de má qualidade devido ao processo de contratação das empreitadas que é mal conduzido:

“...as nossas obras não são de boa qualidade porque os empreiteiros são adjudicados obras noutros locais e só chegam aqui aos distritos para executar” afirmou.

Sobre o tanque carracida, com furo de água, do seu Posto Administrativo, disse que o tanque é uma obra que ainda não foi concluída porque houve um desacordo com o empreiteiro. É que, inicialmente, previa-se construir um tanque do modelo antigo, que custaria 110 000,00MT (Cento e dez mil meticais) mas, mais tarde, o Departamento de Pecuária recomendou a construção de um tanque com modelo de chuveiro, que custa muito menos dinheiro:

“... Por isso negociamos também a construção de um curral, mas, para espanto de todos, o empreiteiro construiu o curral com ferros de sucatas de camas. Dai que optamos por não lhe pagar todo o dinheiro”.

Na mesma linha, afirmou que o empreiteiro deixou algum dinheiro e certas recomendações com o líder comunitário para arranjar pessoas locais para construírem o curral com estacas. Sobre o furo disse que o empreiteiro contratado abriu um furo de 73 metros de profundidade e parou, sob a alegação de que, no fundo, encontrava pedras. Por não ter aberto os 100 metros previstos, o empreiteiro ainda não tinha recebido o valor acordado:

“...nós dissemos ao empreiteiro que a condição para efectuarmos o pagamento do dinheiro era de abrir o furo até pelo menos 100 metros de profundidade, porque não adianta nada termos 2 furos próximos que tiram ambos água salgada. Agora elaboramos um documento para a notificação do empreiteiro. Ele já recebeu 200.000,00MT (Duzentos mil meticais) e está a exigir-nos o pagamento de 109.134,00MT (Cento e nove mil e cento e trinta e quatro meticais) para os 73 metros ” afirmou.

Salomão Chongo, membro do CCD e líder comunitário no P/A de Tlavene e um dos beneficiários dos projecto do OILL, aprovado para a compra de um tractor e respectivas alfaias, afirmou não ter comprado o tractor porque era muito caro e o dinheiro recebido não cobria o valor:

“... fomos para o Entrepasto, para saber os preços dos tractores, e disseram-nos que a cabeça custava cerca de 1.100.000,00MT (um milhão e cem mil meticais), a charrua 55.000,00MT (cinquenta e cinco mil meticais), a grade 65.000,00MT (Sessenta e cinco mil meticais) e o atrelado de 3 toneladas custava 55.000,00MT (cinquenta e cinco mil meticais). Como não tinha esse valor, decidi comprar duas camionetas das marcas Isuzu NPR, ao preço de 425.000,00MT (Quatrocentos e vinte e cinco mil meticais) e Toyota

Dyna a 250.000,00MT (Duzentos e cinquenta mil meticais), e o resto do dinheiro comprei mercadoria para venda " declarou.

3.3 Distrito de Búzi

Informação Geral

O distrito de Búzi está localizado no sudeste da província de Sofala, com uma superfície de 7.329 km² e uma população de 159.614 habitantes (censo de 2007). O distrito está dividido em 3 postos administrativos nomeadamente, Búzi-sede, Estaquinha e Sofala. O Conselho Consultivo de Búzi é composto por 60 membros, 20 dos quais são mulheres e representam todos os postos administrativos do distrito.

Em 2009, o Conselho Consultivo distrital de Búzi reuniu-se duas vezes, a primeira em Março e a segunda em Julho do mesmo ano. As duas sessões tiveram a duração de aproximadamente 9 horas. No fim de cada sessão, foi produzida uma acta. Constituíram principais pontos da agenda das sessões os seguintes:

Primeira sessão:

- i) Apreciação e aprovação dos projectos do OILL para 2009;
- ii) Recolha de propostas para a elaboração do PESOD para 2010;
- iii) Apresentação da proposta dos membros de gestão do fundo distrital;
- iv) Ponto de situação dos reembolsos do OILL 2007/2008; Proposta da substituição do chefe da ETD; e
- v) Diversos;

Segunda sessão:

- i) Balanço do Quinquénio 2005-2008;
- ii) Apreciação e aprovação do PESOD para 2010 e
- iii) Apresentação da proposta do programa de criação dos conselhos locais de localidades e povoações.

Em 2009, o distrito recebeu 8,479.000,00 MT no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local. O Conselho Consultivo aprovou 219 projectos sendo, 102 projectos de geração de rendimentos no valor de 4.291.768,00MT e 117 de produção de comida no valor de 4.187.232,00 MT.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Búzi consistia de 343 actividades, cobrindo várias áreas, com destaque para infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 10 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das actividades seleccionadas para monitoria que são as seguintes:

- Construção de 1 edifício em Inharongue;
- Construção de 1 edifício em Nhamuchindo;
- Reparação de 15 bombas de água nos postos administrativos e localidades;
- Vedação de 2 fossas de lixo biodegradável;
- Construção de 2 residências para funcionários da Delegação Marítima;
- Reabilitação da ponte-cais existente na vila;
- Construção de 6 pontes-cais nas zonas de Mandir, Penha, Mucheness, Martinote, Thungo, Chonge;
- Construção de 6 salas de aulas nas escolas EPC de Cherimónio e EPI de Mussaga;
- Construção de um muro de vedação na Delegação Marítima;
- Criação de 3 comités comunitários de combate ao HIV/SIDA.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Búzi, e respectiva matriz de realizações, fazem menção a 10 das 15 actividades seleccionadas. Trata-se da reparação de 25 bombas de água (acrescidas 10 ao plano inicial), reabilitação da ponte-cais da vila sede; construção de 2 fossas de lixo biodegradável no Centro de Saúde de Bândua; conclusão e equipamento de 2 maternidades, como actividades cumpridas; construção de 2 edifícios nas localidades de Inharongue e Inhamuchindo; reabilitação do edifício dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social; construção de residências para funcionários do Estado e reabilitação de estradas como actividades em curso, e construção de 6 salas de aulas como actividade não realizada.

Constatações no terreno pela equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que, das 10 actividades monitoradas, 3 foram concluídas, 3 estavam em curso e 4 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas, 30% foram concluídas, 30% estavam em execução e 40% não tinham sido realizadas (Gráf. 3).

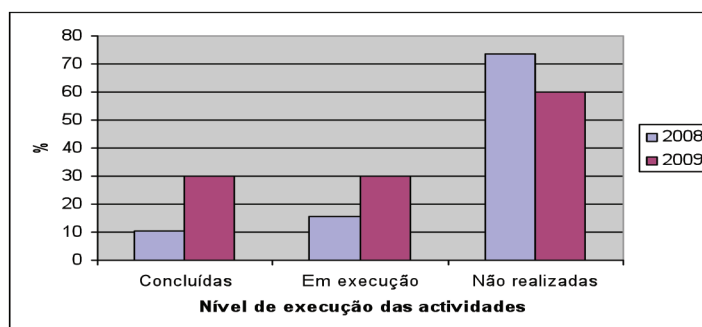


Gráfico 3. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no distrito de Búzi

EM RESUMO:

Actividades concluídas

- Reparação de 15 bombas de água nos postos administrativos e localidades;
- Reabilitação da ponte-cais existente na vila;
- Criação 3 comités comunitários de combate ao HIV/SIDA.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção de 1 edifício em Inharongue;
- Construção de 1 edifício em Nhamuchindo.
- Vedação de 2 fossas de lixo biodegradável.

Actividades não realizadas

- Construção de 2 residências para funcionários da Delegação Marítima;
- Construção de 6 salas de aulas nas escolas EPC de Cherimónio e EPI de Mussanga;
- Construção de 6 pontes-cais nas zonas de Mandir, Penha, Mucheness, Martinote, Thungo e Chonge;
- Construção de um muro de vedação da Delegação Marítima.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 14 actividades, onde 11 não tinham sido realizadas e 3 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Realização de um seminário de planificação participativa, envolvendo todos os intervenientes do sector agrário, para elaboração do PAAO's e PES 2009;
- Instalação do sistema de rega para 200 hectares da cultura do arroz, para 50 famílias em Chicumbua e Rio Move,
- Reabilitação de 3 tanques carracidas públicos em Danga, Cherimonio e Inharongue;
- Conclusão e equipamento de uma enfermaria, com 24 camas, no Centro de Saúde de Estaquinha;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Marombe e vedação de duas fossas de lixo biodegradável;
- Construção de 1 edifício para o funcionamento dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social -SDSMAS – Búzi;
- Construção de 14 Casas Tipo 2 (5 para pessoas portadoras de deficiência em Bândua, 5 para idosos na vila do Búzi, 4 para crianças chefe de famílias, sendo duas em Guaraguara e duas na Vila do Búzi);
- Construção e equipamento de uma carpintaria em Bândua;
- Aquisição de 3 viaturas, sendo uma carrinha de 5 toneladas, 2 viaturas 4x4 para SDSMAS e para o Hospital Rural;
- Reabilitação de emergência de 136 km de estradas classificadas (Tica-Búzi e EPI Guara-Guara -Sofala);
- Reabilitação de 199.9 km de estradas regionais (Guara-Guara-Grudja e Mendundo- Casa Nova).

Actividades iniciadas, mas não concluídas

- Construção e equipamento de 2 maternidades em Bândua e Bura;
- Construção de 1 residência do Chefe do Posto Administrativo de Estaquinha;
- Reabilitação do Posto Administrativo de Bândua.

O trabalho de campo apurou que, das 11 actividades que não foram realizadas em 2008, 5 foram integradas no PESOD de 2009. Quando se fez a monitoria, 3 destas actividades haviam sido concluídas, nomeadamente a aquisição de viaturas para os SDSMAS, a realização de um seminário de planificação participativa e a reabilitação de dois tanques carracidas.

Três actividades estavam em curso, nomeadamente a construção de um edifício para funcionamento dos SDSMAS, a reabilitação de 136 km de estradas classificadas (Tica-Buzi e EPI Guara-Guara –Sofala) e a construção e equipamento de uma maternidade em Bura. As restantes 5 não foram

realizadas. Sobre as actividades que estavam em curso em 2008, 1 foi concluída, que foi a reabilitação do Posto Administrativo de Bândua e as 2 restantes ainda estavam em curso.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Em Bândua, diferentemente do projecto inicial, que apostava na construção de uma maternidade, o Governo Distrital optou pela construção de um Centro de Saúde de tipo II, com maternidade. Embora concluída, esta obra apresentava alguns problemas de forma como, por exemplo, o facto de as casas de banho dos técnicos não incluírem portas. Já na localidade de Bura, a planta da maternidade, ora construída, não previa a construção de fossas, para além de já apresentar sinais de infiltrações de água. De acordo com informações colhidas no local, esta obra ainda não foi entregue às autoridades locais, porque se aguardava a chegada do fiscal da obra, que vinha da cidade da Beira, para dar o seu parecer. Importa ainda ressaltar que, para além dos problemas já apresentados, foi usada nesta obra madeira demasiado nova nas esquadrias e aros das portas e janelas, o que terá implicações negativas na qualidade e durabilidade da obra.

O trabalho de monitoria apurou que a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Estaquinha, uma actividade que não foi concluída em 2008, porque fora abandonada pelo empreiteiro, continua paralisada e o material a deteriorar-se no local, como é o caso do cimento. O tanque carracida de Cherimónio, que foi reabilitado em 2009, já não funciona devido a uma avaria na bomba de água que o acompanha. Segundo informações colhidas no local, esta avaria tem outras implicações na vida da população, uma vez que a bomba abastecia aquela localidade e as circunvizinhas.

Reacções às Constatações da Equipa de Monitoria

Comentários do Administrador do Distrito

O administrador do distrito de Búzi, Sérgio Moiane, começou por agradecer pelo trabalho desenvolvido pela coligação, afirmando que aprendeu muito com o exercício de 2008, sobretudo, porque o mesmo lhe forneceu ideias sobre como conduzir o processo de planificação e orçamento ao nível do distrito.

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa de monitoria, o Administrador de Búzi afirmou que, sobre a instalação do sistema de rega para cultura de arroz, o Governo Distrital fez a parte que lhe competia, que era a instalação do sistema eléctrico, e fê-lo em três meses. A instalação do sistema de rega, em tanto que tal, estava à responsabilidade do Governo Central e parceiros.

No que diz respeito aos empreendimentos que, embora constassem dos planos, não foram realizados, Moiane afirmou que, na sua maioria, o não cumprimento destas actividades deve-se à insuficiência de fundos. A título de exemplo, citou a construção do edifício para funcionamento dos SDSMAS que, embora seja uma obra em curso, em breve, iria parar por falta de fundos

“...Por outro lado, algumas destas obras, são dependentes de financiamento externo e, como tal, envolvem muitas questões burocráticas que nos ultrapassam,” disse o Administrador.

O Administrador referiu-se ainda à construção de 6 salas de aulas, uma actividade que constava do PESOD mas que não foi realizada por estar inserida num projecto desenvolvido em parceria com o Unicef e, de acordo com a planificação conjunta, não ter sido possível realizar em 2009. Sobre as estradas, referiu que aquelas beneficiaram de uma reabilitação e, posteriormente, uma manutenção de rotina. Entretanto, assim que choveu ficaram em condições de transitabilidade pouco favoráveis. Segundo Moiane, estas obras foram interrompidas, precisamente, por apresentarem problemas de qualidade e o Governo estava em negociações com outro empreiteiro por forma a dar continuidade às obras.

Sobre a Maternidade de Bura, o administrador referiu que aquela obra não foi aceite devido aos problemas de falta de qualidade que apresenta. O empreiteiro ficou de fazer as devidas rectificações e, só depois disso, as entidades competentes iriam receber a obra. No que respeita à paralisação das obras de construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Estaquinha, um assunto que foi discutido em 2008, o Administrador referiu que o caso foi encaminhado às instâncias judiciais e, desde essa altura, o empreendimento encontrava-se paralisado.

De acordo com Moiane, em 2009, o Governo Distrital deu prioridade à construção e reparação de bombas de água, uma vez que a falta de água tem sido um problema recorrente nos últimos anos. E, segundo o Administrador, o Governo alcançou alguns sucessos nesta área, de tal forma que a situação estava controlada, salvo naqueles casos em que eram necessárias cisternas e/ou furos com mais de 200 metros de profundidade:

“ Continuamos a ter dificuldades para construir cisternas e furos com mais de 100 metros, por estrangimentos de ordem financeira (...) mas posso afirmar que, por enquanto, a taxa de cobertura de água em Búzi é satisfatória e é maior que muitos outros distritos da província”, disse.

Segundo ainda o Administrador, a lógica de planificação para o ano de 2010 vai mudar:

“ o Governo Distrital este ano vai planificar de acordo com aquilo que tem disponível em termos de recursos financeiros (...) O que acontecia antes, era a elaboração de uma lista de desejos que, entretanto, não tinha cabimento orçamental e, muitas vezes, aconselhado pelo Governo Provincial, que nunca alocava os fundos para as actividades aconselhadas”, disse Moiane.

Para terminar, o Administrador reconheceu ainda a necessidade de melhoria do processo de planificação e afirmou que, doravante, o Governo ia apostar num processo mais realista, planificando somente o que é possível fazer com os recursos disponíveis

“...mesmo que seja para realizar apenas 5 actividades”, rematou.

Comentários do Conselho Consultivo Distrital

Reagindo aos resultados do trabalho de monitoria no distrito de Búzi, os membros do Conselho Consultivo mostraram satisfação e confirmaram a existência de muitas obras mal paradas no distrito. Um dos membros, por sinal Chefe da Localidade de Bândua, manifestou a sua preocupação com relação ao Centro de Saúde construído naquela localidade. Referiu-se, por exemplo, às estacas usadas para vedação do Centro que, na sua opinião, não são as mais aconselháveis pois são vulneráveis a insectos que as corroem (*muchén*). Por outro lado, segundo o Chefe daquela localidade, a obra tem problemas que efectivamente carecem de uma rectificação por parte do empreiteiro responsável.

Sobre a reabilitação de estradas, outro membro afirmou que a população tem estado a contestar a falta de qualidade destas obras por não se apresentarem consistentes e sólidas e, por via disso, reivindicam a contratação de um novo empreiteiro para aquela obra. Lamentou ainda a avaria da bomba de água de Cherimóio que, quando funcional, abastecia toda a população da localidade.

O CCD foi unânime sobre a falta de qualidade das obras no Distrito de Búzi. Segundo os membros, a maior parte delas apresenta problemas de infiltração prematuramente, e quando cai chuva, por mais fraca que seja, não se pode entrar nesses locais. Por exemplo, já é um dado adquirido que quando chove não há aulas nas escolas devido à infiltração das águas pluviais. Os membros do CCD manifestaram igualmente a sua preocupação relativamente aos constantes abandonos das obras pelos empreiteiros responsáveis:

“As obras demoram muito a serem concluídas e começam a cair, mesmo antes de serem entregues”, disse um deles.

O Conselho Consultivo afirmou ter conhecimento da existência de obras cujos concursos são lançados ao nível da província. O problema, segundo eles, está na fiscalização que é também feita àquele nível, o que os deixa a eles, e ao pelouro responsável, sem muito espaço de manobra em termos de controle do que esteja a ser feito.

3.4 Distrito de Cheringoma

Informação Geral

O distrito de Cheringoma está situado a Nordeste da província de Sofala, com uma superfície de 7.126 km² e uma população de 34.132 habitantes (censo de 2007). O distrito está dividido em 2 postos administrativos, nomeadamente Inhaminga (posto sede) e Inhamitanga. O Conselho Consultivo do distrito é composto por 57 membros, 15 dos quais são mulheres, representando as localidades dos 2 postos administrativos que compõem o distrito. Ressaltar, que dos 60 membros que compõem o CCD, 10 são convidados permanentes, com participação activa nas sessões daquele órgão.

Em 2009, o Conselho Consultivo tem registado em actas 4 sessões, 2 das quais ordinárias e 2 extraordinárias. As sessões duraram aproximadamente 8 horas cada e foram dominadas pelos seguintes pontos de agenda:

1. Balanço das actividades do ano de 2008;
2. Apresentação do PESOD para 2009;
3. Criação de comissões de trabalho;
4. Apresentação e apreciação dos planos estratégicos para 2010 dos serviços distritais;
5. Apresentação do novo regulamento de manuseamento dos fundos de desenvolvimento local;
6. Discussão da situação dos reembolsos do OIIL 2007-2008;
7. Ponto de situação dos projectos não financiados em 2008;
8. Aprovação de projectos no âmbito do OIIL para o ano de 2009.

Em 2009, o distrito recebeu 6.827.400,00MT no âmbito do OIIL. O Conselho Consultivo aprovou 240 projectos, sendo 216 para produção de comida, 11 para geração de rendimentos e 13 para criação de emprego.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Cheringoma consistia de 67 actividades, cobrindo várias áreas, com destaque para planeamento e infra-estruturas.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 11 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria, que são as seguintes:

- Reabilitação de 18 furos de água avariados;
- Reabilitação de 2 pequenos sistemas de abastecimento de água;
- Reabilitação do troço da estrada que liga Inhaminga a Josina Machel;
- Reabilitação do troço da estrada que liga Inhaminga a Nhamatope;
- Construção de um centro internato para o ensino secundário geral;
- Construção de escolas;
- Construção de Casas de Espera para as mulheres grávidas,
- Construção de 10 casas para professores;
- Construção de 2 casas de hospedes com 6 quartos;
- Construção de 1 casa para funcionário;
- Construção de 10 latrinas.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Cheringoma faz menção a 3 das 11 actividades, nomeadamente, a reabilitação do troço da estrada que liga Inhaminga a Nhamatope, a reabilitação de bombas de água avariadas e a construção de 2 casas para funcionários como tendo sido concluídas.

Constatações no terreno pela equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que das 11 actividades monitoradas, 1 foi concluída, 2 estavam em execução e 8 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas para a monitoria, 9,1% foram concluídas, 18,2% estavam em execução e 72,7% não tinham sido realizadas (Gráf. 4).

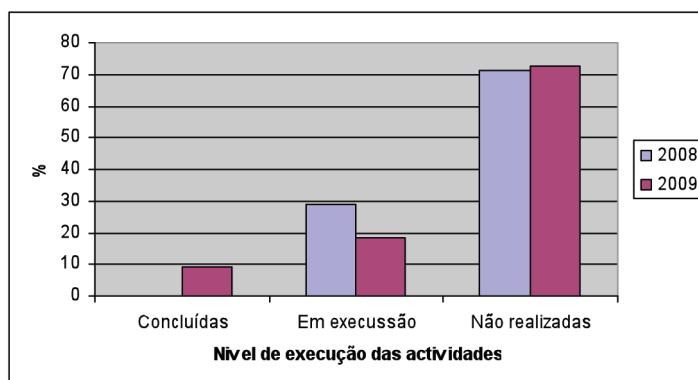


Gráfico 4. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no distrito de Cheringoma.

EM RESUMO:

Actividades concluídas

- Reabilitação do troço da estrada que liga Inhaminga a Nhamatope;

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Reabilitação de 18 furos de água avariados;
- Construção de 1 casa para funcionário;

Actividades não realizadas

- Reabilitação de 2 pequenos sistemas de abastecimento de água;
- Reabilitação do troço da estrada que liga Inhaminga a Nhamatope;
- Construção de um centro internato para o ensino secundário geral;
- Construção de escolas;
- Construção de Casas de Espera para as mulheres grávidas;
- Construção de 10 casas para professores;
- Construção de 2 casas de hóspedes com 6 quartos;
- Construção de 10 latrinas.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 7 actividades, onde 5 não tinham sido realizadas e 2 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Repovoamento de 30 bovinos em Nhamatope
- Repovoamento de 165 suínos no Instituto de Formação de Professores Primários
- Reabilitação de 1 posto de saúde, sem fonte de água, em Nhataka
- Reabilitação de 1 posto de saúde, com fonte de água, em Inhamitanga
- Reabilitação da Cadeia.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção de 10 salas de aulas com material convencional, sendo 2 na EPC de Mazamba, 2 na EPI de Nhansosue, 3 na EPI Paulo Samuel Kankhomba e 3 na EPI 12 de Outubro
- Reabilitação do Comando Distrital

O trabalho de campo apurou que nenhuma das 5 actividades não realizadas em 2008 foi integrada no PESOD de 2009. Quando se fez a monitoria, 2 actividades haviam sido realizadas, nomeadamente, o repovoamento de gado bovino e a reabilitação do Posto de Saúde em Nhataka, 1 estava paralisada que é a reabilitação de um posto de saúde em Inhamitanga e as restantes 2 não foram realizadas. As 2 actividades que estavam em curso em 2008, ainda não haviam sido concluídas.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Embora o Relatório Anual do Governo reivindique a conclusão das obras de construção de duas casas para funcionários do Estado, o trabalho no terreno apurou que estas obras ainda estão em curso. A construção de 10 salas de aulas com material convencional, uma obra iniciada em 2007, ainda não foi concluída e, mesmo assim, grande parte delas já apresenta problemas de qualidade, tais como, rachas nas paredes (EPC de Mazamba), aros de portas e janelas demasiado pequenas, pavimentos mal feitos (EPI Paulo Samuel Kankhomba, na vila sede).

O Posto de Saúde de Inhamitanga cuja reabilitação estava prevista para o ano de 2008, também não foi reabilitado em 2009, alegadamente porque se encontrava num elevado estado de degradação. Por essa razão o Governo decidiu construir um novo Centro de Saúde nas proximidades (a menos de 500 metros do outro). Na altura em que decorreu o trabalho de campo, a obra encontrava-se na fase inicial (demarcação do espaço e implantação das estruturas para pilares).

Em termos gerais, as obras apresentam problemas de qualidade. Por exemplo, as obras de construção de salas de aulas continuam a apresentar graves problemas, quer de forma, como de qualidade. No Posto de Saúde de Nhataca, onde se esperava uma reabilitação, apenas foram realizados melhoramentos localizados para problemas pontuais. Houve repovoamento de gado bovino mas, diferentemente do planificado, este foi para Matondo e Nangué ao invés de Nhamatope.

Reacções às Constatações da Equipa de Monitoria

Comentários do Secretário Permanente do Distrito

Reagindo à apresentação dos resultados de monitoria no terreno, Eduardo Macário, Secretário Permanente distrital, referiu-se à fraca qualidade e aos atrasos na execução das obras como sendo os grandes problemas com que os governos locais se deparam na área de infra-estruturas. Sobre a qualidade das obras, Macário afirmou que os casos de construção de salas de aulas são os mais problemáticos. De acordo com Macário, a partir de certa altura, sob orientação do MINED, decidiu-se acelerar a construção de salas de aulas devido à crescente demanda. A orientação era que se fizessem construções de baixo custo, que contariam com a colaboração das comunidades e artesãos locais. Ora, segundo Macário, a construção de uma sala custa ao Estado aproximadamente 400.000,00MT (quatrocentos mil meticais) e, de acordo com as orientações para construções de baixo custo, o governo deve gastar 80.000,00Mt (oitenta mil meticais). Acontece que os artesãos locais muitas vezes têm pouca ou nenhuma experiência de trabalho em grandes obras, para além de que têm sérios problemas de gestão. Por isso, os constantes desvios de aplicação e, para contornar a situação, acabam usando material de baixa qualidade, o que, conseqüentemente, tem implicações na qualidade da obra. Por outro lado, a ideia de envolver as comunidades neste processo revelou-se não exequível, o que faz com que os artesãos arquem com outras despesas inerentes a obra como sejam transporte, água, etc.

No que respeita à evolução lenta das obras, o Secretário Permanente afirmou que esta se deve, sobretudo, à forma como são conduzidos os contratos, pois, de acordo com as regras estabelecidas, só se deve proceder ao pagamento da *tranche* seguinte se o empreiteiro atingir determinado nível da obra. E, uma vez que os empreiteiros são economicamente fracos e não têm como suprir as necessidades da obra, acabam provocando este congestionamento que se verifica na execução das obras e, por vezes, até acabam por as abandonar “...muitas vezes os governos têm de renegociar com os empreiteiros para dar continuidade às obras e minimizar os atrasos (...). Os concursos são lançados e as obras adjudicadas, mas só três meses depois é que se faz o pagamento. Esta demora acaba por encarecer ainda mais as obras”, disse.

O Secretário Permanente reconheceu que os Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas não têm condições para realizar, em pleno, as suas actividades de fiscalização das obras que acontecem no distrito. De acordo com o SP,

“... o mesmo encarregado atende todas a obras em curso no distrito e os recursos são escassos, tendo em conta as distâncias que deve percorrer (...) Isso dá espaço de manobra para os artesãos fazerem o que pensam ser melhor ”.

Em relação ao abastecimento de água, Macário disse que

“...o distrito tem problemas graves de abastecimento de água, o que faz com que os poucos furos existentes sejam pressionados de tal forma que não duram muito. Esta situação irá prevalecer até que exista um sistema de abastecimento de água eficiente ”.

Ainda sobre a questão da água, o SP disse que o tipo de bombas que são usadas, cuja profundidade máxima é de 42 metros, não é adequado para Cheringoma, onde o lençol freático está a uma profundidade de 60 ou mais metros:

“Existem zonas cujas características aconselham o uso de outro tipo de sistema de abastecimento de água”, vincou.

Para terminar, o SP referiu-se ao facto de existirem alguns projectos cuja implementação é no distrito mas que são da alçada do Governo Central e a não execução desses projectos acaba prejudicando o desempenho do Governo Distrital.

Em sua opinião, isto cria embaraços mesmo com as comunidades, que pressionam e exigem a realização de obras que constam dos PESODs:

“...a questão da descentralização continua a ser um calcanhar de Aquiles porque a elaboração do plano foi descentralizada mas, entretanto, não foi acompanhada pela descentralização dos recursos (...) Temos planificado com fundos cuja garantia não temos. Se calhar a solução passa por planificarmos somente o que é possível fazer (...) Não vale a pena fazer planos ambiciosos, sem recursos ” disse por fim.

Comentários do Conselho Consultivo

Reagindo à apresentação dos resultados de monitoria no terreno, os membros do Conselho Consultivo mostraram concórdia. Sobre o abastecimento de água, os membros daquele órgão foram unânimes ao afirmar que há problemas graves na provisão destes serviços pelo Governo Distrital. Um deles, afirmou que, por solicitação do Governo, foi feito o levantamento dos furos de água avariados para posterior reabilitação, o que até à data não tinha acontecido. Segundo eles, a justificação do lençol freático não se aplica a todos os casos, pois muitas das avarias estão relacionadas com a falta de peças ou problemas nas tubagens.

No que respeita às obras, no geral, e às de construção de salas de aulas e casas para funcionários, em particular, um dos membros afirmou que o problema está no valor que é alocado aos empreiteiros.

“Muitas vezes o empreiteiro não tem o valor inicial para arrancar com a obra e ele tem obrigações para com o seu pessoal e outras despesas (...) já fiz um trabalho de monitoria e os empreiteiros que visitei reclamaram que trabalham a meio gás porque não têm dinheiro, nem transporte”, disse.

No mesmo diapasão, outro membro afirmou que o que faz com que as obras fiquem paralisadas é a falta de pagamento por parte do Governo. Segundo ele, a população tem abordado os empreiteiros sobre a causa dos atrasos na realização das obras e aqueles apontam sempre dificuldades de ordem financeira. Outro membro, na sua explanação, referiu-se aos graves problemas de qualidade nas obras que tem visitado. A título de exemplo, citou a EPI Paulo Samuel Kankhomba que, em sua opinião, apresenta erros elementares para uma construção daquele nível e isso pode ter consequências igualmente graves, sobretudo, por se tratar de uma escola.

3.5 Distrito de Chiúre

Informação Geral

O distrito de Chiúre está localizado na parte sul da Província de Cabo Delgado, com uma superfície de 5.320 km² e 230.044 habitantes (censo de 2007). O distrito está dividido em 6 postos administrativos nomeadamente, Chiúre Sede, Chiúre velho, Katapua, Mazeze, Namogelia e Ocua.

O Conselho Consultivo do distrito de Chiúre é composto por 50 membros, 17 dos quais são mulheres. Em 2009, o Conselho Consultivo reuniu-se uma vez em sessão ordinária e uma vez em sessão extraordinária. Apesar da reivindicação dos membros da mesa do CCD de que após as sessões é produzida uma acta, o trabalho de monitoria não encontrou evidências de que tal acontecia.

Em 2009, o distrito recebeu 8.203.000,00MT (Oito milhões e duzentos e três mil meticais) no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local. O Conselho Consultivo aprovou 299 projectos, sendo 89 para produção de comida e 210 para geração de rendimento e criação de emprego.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Chiúre consistia de 150 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas e actividades económicas.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 13 empreendimentos destas duas áreas, sendo 12 na área de infra-estruturas, correspondentes a 92,3% e 1 na área das actividades económicas, correspondente a 7,7% das realizações seleccionadas, que são as seguintes:

- Conclusão do hospital distrital;
- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II, na localidade de Samora Machel;
- Construção de 2 furos de água nos Centros de Saúde de Muege e Nacoto;
- Construção de 1 furo de água no Centro de Saúde de Bilibiza;
- Reabilitação da residência oficial do Chefe do Gabinete do Administrador;
- Aquisição de 1 moageira para o descasque de arroz;
- Construção de 3 pensões nos P/A de Katapua, Ocua e Namogelia;
- Manutenção de rotina de 79 km da estrada que liga Ocua a Namogelia;
- Manutenção de rotina de 35 km da estrada que liga Chiúre-velho a Mazeze;
- Manutenção de rotina de 42 km da estrada que liga Katapua a Chiuco;
- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II na aldeia Megaruma;
- Construção de 10 salas de aulas nas escolas de Meculane e Coqueiros;
- Reabilitação de 10 furos de água nos P/A de Namogelia, Chiúre-velho; Katapua, Ocua e vila-sede.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Chiúre faz menção a 3 das 13 actividades seleccionadas. Trata-se da manutenção de rotina do troço da estrada que liga Ocua à Namogelia, da reabilitação de 10 bombas de água nas comunidades de Meriha, Milamba, Mahipa, Samora Machel, Nawawane, Mazeze, Matiquite e Nacivar, e da reabilitação do Hospital Distrital. Todas são consideradas como obras em curso.

Constatações no terreno pela equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que, das 13 actividades monitoradas, 4 foram concluídas, 4 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 30,8% foram concluídas, 30,8% estavam em execução e 38,4% não foram realizadas (Gráf. 5).

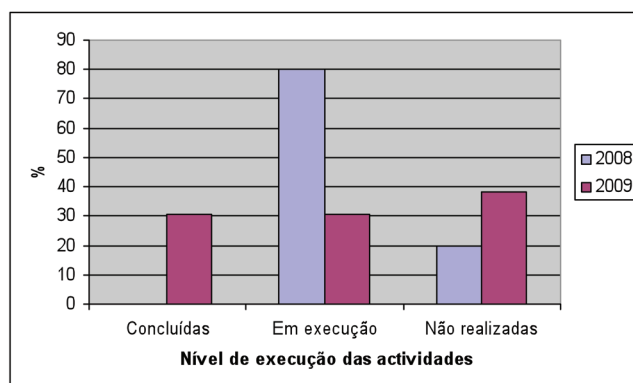


Gráfico 5. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Chiúre.

EM RESUMO:

Actividades realizadas

- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II, na localidade de Samora Machel;
- Construção de 2 furos de água nos Centros de Saúde de Muege e Nacoto;
- Construção de 3 pensões nos P/A de Katapua, Ocua e Namogelia;
- Manutenção de rotina de 35 km da estrada que liga Chiúre-velho a Mazeze.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Conclusão do hospital distrital;
- Manutenção de rotina de 79 km da estrada que liga Ocua a Namogelia;
- Construção de 10 salas de aulas nas escolas de Meculane e Coqueiros;
- Reabilitação de 10 furos de água nos P/A de Namogelia, Chiúre-velho; Katapua, Ocua e Vila-sede.

Actividades não realizadas

- Construção de 1 furo de água no Centro de Saúde de Bilibiza;
- Reabilitação da residência oficial do Chefe do Gabinete do Administrador;
- Aquisição de 1 moageira para o descasque de arroz;

- Manutenção de rotina de 42 km de estrada que liga Katapua a Chiuco;
- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II na aldeia Megaruma.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 10 actividades, das quais 2 não tinham sido realizadas e 8 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Pintar 12 salas de aulas a nível do Distrito das Escolas EPC's e EPI de Titimar e Nampula;
- Construção de 2 centros de saúde tipo II, nas aldeias de Marera e Nivenevene.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Aquisição de 60 cabeças de gado bovino para 20 famílias nos postos administrativos de Ocua, Katapua e Chiure;
- Aquisição de 10 moageiras simples para 5 localidades do Distrito de Chiúre e EP2 de Ocua;
- Reabilitação e restauração das infra-estruturas nos locais de atracção turística e construção de 1 cancela nas quedas do Rio Lúrio;
- Construção de 6 furos de água e reabilitação de 12 outros nas comunidades de Nampula, Chiuco, Sede Namogelia, Matanapo, P.A. de Namogelia, Samilala "A", Mahurunga, Samora Machel, Naphuco, Melija, P.A. de Ocua, "25 de Setembro", Nantavo, Mepupene, Magaia, Napala, P/A Chiúre-Velho, Mepilane P.A. de Katapua;
- Reparação de 72 km de estradas nos troços de Katapua a Nanivige (15), Manrasse a Micoleni (17), Chiure a Katapua (40) e melhoramento das vias de acesso na vila sede (5);
- Introdução de novos serviços de Laboratório e Maternidade nos Centros de Saúde de Namogelia, Katapua e Ocua;
- Construção de 3 Secretarias dos Postos Administrativos de Katapua, Chiúre-Velho e Namogelia;
- Construção de 3 residências para os Chefes dos Postos Administrativos de Katapua, Chiúre-Velho e Namogelia.

O trabalho de campo apurou que, das 2 actividades não realizadas em 2008, nenhuma constou do PESOD de 2009. Destas, apenas a pintura de salas de aulas ao nível do distrito foi concluída e a outra actividade não foi realizada. Das 8 actividades que estavam em curso, apenas a introdução de novos serviços de Laboratório e Maternidade em 3 centros de saúde tinha sido concluída. A construção de secretarias dos P/A e de residências para os chefes dos P/A tinham sido parcialmente concluídas e as restantes 5 actividades ainda estavam em curso.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Apesar da pintura de que beneficiaram as 12 salas de aulas em Nacivar, Ocua-sede, Chiúre-velho sede e Titimar, esta actividade não aconteceu nos locais inicialmente previstos, que eram em Titimar e Nampula. De acordo com Agido Amane, Director Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, as salas de Nampula não careciam de pintura, uma vez que foram feitas com material local. Na escola de Titimar, o rodapé não foi pintado e informações colhidas no terreno apontam que tal deveu-se à insuficiência de tinta para o efeito.

No que se refere às construções, a secretaria do Posto Administrativo de Katapua, obra recentemente construída, já apresentava rachas nas paredes assim como no soalho e verificava-se infiltração de águas pluviais. A cobertura também apresenta imperfeições, na medida em que foi colocado um tecto falso que está colado às chapas acompanhando, portanto, o caimento daquelas. Ainda em Katapua, foi construída uma pensão, no âmbito do OILL, que entretanto, uma das paredes já ruiu. Contrariando a informação do Governo Distrital, segundo a qual aquela obra era de 2009, Gamido Raminha, beneficiário do projecto, afirmou ter construído a pensão em 2007 “... *Eu construí esta pensão no ano de 2007, pedi financiamento no âmbito do OILL, num valor de 50.000,00MT e devolvi todo o dinheiro no mesmo ano com o dinheiro que consigo na mercearia*” declarou.

O trabalho de verificação das obras de construção das 10 salas de aulas, em curso nas escolas da vila-sede e Katapua, sugerem a utilização de blocos com demasiada areia e, como tal, demasiado frágeis. Por sua vez, as paredes do Centro de Saúde da localidade Samora Machel, obra recentemente construída, já apresentavam rachas, que se iniciam no tecto e se prolongam até ao rodapé. Um aspecto positivo apurado durante o trabalho de campo é que, no Hospital Distrital, para além do que tinha sido previsto, está a ser levada a cabo uma construção de raiz que inclui a ampliação do edifício para ser transformado em hospital de referência ao nível provincial.

Dos 50 bovinos adquiridos, foram distribuídos 36. A modalidade de atribuição consistia em 2 machos e 1 fêmea. Entretanto, uma questão que foi levantada por membros das comunidades tem a ver com a falta de divulgação de informação relacionada com o fomento pecuário:

“... *não tivemos conhecimento sobre a existência do gado para o fomento, até quando vimos aquele gado com o Chefe do Posto pensávamos que ele tivesse comprado com dinheiro dele. Isto é sempre assim, o gado distribuem-se entre eles*” afirmou um dos residentes do posto administrativo de Mazeze.

Esta informação contraria aquela que foi fornecida por Ricardo Carlos, Chefe do Posto que afirma ter havido divulgação da informação através dos chefes das estruturas locais:

“... Inicialmente o gado estava destinado para a localidade de Nquir, mas, por causa do problema de água, não foi. A minha esposa foi a única beneficiária do gado porque as outras famílias não quiseram. Nós informamos as comunidades através dos chefes das aldeias, líderes comunitários e chefes das localidades, mas eles não quiseram” afirmou.

Em relação às bombas de água, embora o governo distrital afirme ter reabilitado 10, o trabalho de campo apurou que 3 delas, nomeadamente Narunha, Mahosine e Milamba não tinham sido reabilitadas e nem estavam em funcionamento mas, segundo o Director Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, Arnaldo Vequina Pedro, o empreiteiro já tinha recebido o dinheiro da reparação das mesmas, daí terem sido assumidas como reabilitadas.

O trabalho de campo apurou igualmente que a maior parte das bombas foram reabilitadas em Janeiro de 2009 e as 2 bombas da localidade Meriha estavam a ser privatizadas pela pessoa responsável das mesmas. É que, de acordo com depoimentos populares, este indivíduo tem à sua responsabilidade as chaves de 3 bombas e fechou-as alegadamente por se tratar da época das chuvas e, como tal, a população deve usar a água da chuva. Tal facto criou muita agitação no seio das comunidades que se beneficiam daquelas bombas.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários do Administrador do Distrito

Reagindo aos resultados do trabalho de monitoria no terreno, Carlos Francisco Nampava, Administrador do Distrito de Chiúre, agradeceu o trabalho realizado pela equipa de monitoria naquele distrito e afirmou que o Governo Distrital estava a melhorar o seu desempenho:

“... nós estamos a melhorar o nosso desempenho. Já melhoramos a quantidade, mas ainda na falta qualidade nas obras. Precisamos dum encontro com os nossos empreiteiros locais para abordarmos a questão da qualidade das obras de construção e de reabilitação de infra-estruturas” disse.

Sobre o gado bovino disse que o distrito deu um passo muito grande porque conseguiu comprar 10 em 2008 e 36 em 2009, faltando 14 cabeças para se alcançar a meta:

“... já demos um passo muito grande no fomento do gado bovino e tivemos uma capacitação de 15 dias em Montepuez para treinar os beneficiários do gado e ainda vamos trabalhar muito nesse assunto” afirmou.

Falando sobre a construção dos edifícios da Secretaria do Posto Administrativo de Katapua e do Centro de Saúde da localidade Samora Machel, disse que estes dois empreendimentos, embora apresentem alguns problemas, ainda não foram entregues às autoridades competentes:

“...nós precisamos de fazer uma monitoria permanente nas obras de construção de edifícios de Katapua e Samora Machel porque ainda não foram entregues. Por isso vamos a tempo de falar com o empreiteiro para rectificar” disse.

Para terminar, o Administrador disse que as actividades que, apesar de terem constado tanto no PESOD de 2008 como no de 2009, não foram realizadas, isso foi devido à falta de fundos, uma vez que o distrito faz a planificação segundo as prioridades locais, mas, chegada a fase do orçamento, nem todas as actividades têm financiamento.

Comentários do Conselho Consultivo

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, um dos membros do CCD saudou a iniciativa e o trabalho feito:

“... quero saudar a equipa pelo trabalho que fez. Desta vez foram muito melhor e não foram tendenciosos como no ano passado” afirmou.

Falando sobre as obras, referiu-se à DPOPH como sendo um dos entraves para a qualidade das obras. Segundo este interveniente, é de lá onde saem os fiscais das obras e

“...nós não temos voz activa para fiscalizar os empreiteiros porque eles dizem que têm fiscais provinciais. Nós decidimos que os empreiteiros contratados para executar obras no distrito, devem passar pelo CC, antes de fazer os seus trabalhos porque há empreiteiros que não queremos mais, como é o caso do Sr Daviz que não queremos mais por aqui ” afirmou.

Sobre a avaria da bomba de Narunha, Ricardo Carlos, Chefe do Posto Administrativo de Mazeze, negou por duas vezes que aquela estivesse avariada:

“... não é verdade que em Narunha haja uma bomba que não funciona. Todas as bombas de Narunha funcionam ” desmentiu.

Tal facto levou a equipa de monitoria a deslocar-se, mais uma vez, àquela escola acompanhada de outro membro do Conselho Consultivo e, uma vez no local, confirmou-se que a bomba não estava operacional. O facto é que nem o Chefe do Posto nem o membro do Conselho Consultivo tinham conhecimento da avaria. Para terminar, Carlos Francisco Nampava, Administrador do Distrito de Chiúre, agradeceu à equipa de monitoria pelo trabalho feito e acrescentou que a monitoria ajuda o Governo a cumprir com o seu plano:

“... Desta vez a metodologia usada pela equipa de monitoria é moçambicana. A monitoria nos ajuda a cumprir os nossos planos e nós também queremos cumprir” frisou.

3.6 Distrito de Montepuez

Informação Geral

O Distrito de Montepuez encontra-se localizado na parte Sul da província de Cabo Delgado, com uma superfície de 17.721 km² e uma população de 185.635 habitantes (Censo de 2007). O distrito está dividido em 4 postos administrativos nomeadamente, Mapupulo, Mirate, Nairote e Namanhumbir.

O Conselho Consultivo distrital é composto por 50 membros, dos quais 17 são mulheres. Em 2009, o Conselho Consultivo Distrital de Montepuez reuniu-se uma vez em sessão ordinária, que teve a duração de aproximadamente 8 horas. Após a sessão foi produzida uma acta. Constituíram principais pontos de agenda da sessão, os seguintes:

1. Balanço das actividades do CCD realizadas no ano de 2008;
2. Balanço dos reembolsos do OILL de 2007/8;
3. Aprovação do plano de actividades para 2009.

Em 2009, o distrito recebeu 7.641.000,00MT (Sete milhões e seiscentos e quarenta e um mil meticais) no âmbito do OILL. O Conselho Consultivo aprovou 118 projectos, sendo 52 para produção de comida e 66 para geração de rendimento.

Actividades seleccionadas para monitoria

O PESOD de 2009 de Montepuez consistia de 160 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 14 empreendimentos desta área correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para monitoria que são as seguintes:

- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II em N'ropa;
- Reabilitação de 3 Centros de Saúde tipo II em Mirate, Namanhumbir e Linde;
- Conclusão da reabilitação do Hospital Rural de Montepuez;
- Reabilitação da residência do Chefe do P/A de Nairote;
- Construção de 2 casas para funcionários da Secretaria Distrital;
- Construção de 23 bombas manuais;
- Reabilitação de 9 bombas manuais;
- Reabilitação de 12 km do troço de estrada que liga Cruz 14 a Napaco;
- Reabilitação de 30 km do troço de estrada que liga N'ropa a Nacuca;
- Reabilitação de 68 km do troço de estrada que liga Montepuez a Nairote;

- Montagem de uma ponte metálica/betão sobre o rio Montepuez ligando N'ropa a Nacuca;
- Construção de barragens;
- Construção de cisternas;
- Construção de uma ponte sobre o rio Chitope no P/A de Mirate.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Governo Distrital

No que diz respeito às actividades seleccionadas para monitoria, o Relatório Anual do Governo Distrital de Montepuez e respectiva matriz de realizações, fazem menção a 10 das 14 actividades seleccionadas. Trata-se de obras de melhoramento localizado de troços de estradas não classificadas que ligam CrzNI4 a Napaco (12 km) e Mirante a Nrite (7.5 km); reabilitação do Hospital Rural de Montepuez como sendo obras concluídas, as obras de construção de residências do tipo II para funcionários, a reabilitação da residência do Chefe do P/A de Nairoto e a reabilitação dos Centros de Saúde de Linde, Mirate e Namanhumbir como sendo obras em curso.

Constatações no terreno

O trabalho de campo apurou que, das 14 actividades monitoradas, 3 foram concluídas, 6 estavam em execução e 5 não foram realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 21,4% foram concluídas, 42,9% estavam em execução e 35,7% não foram realizadas (Gráf. 6).

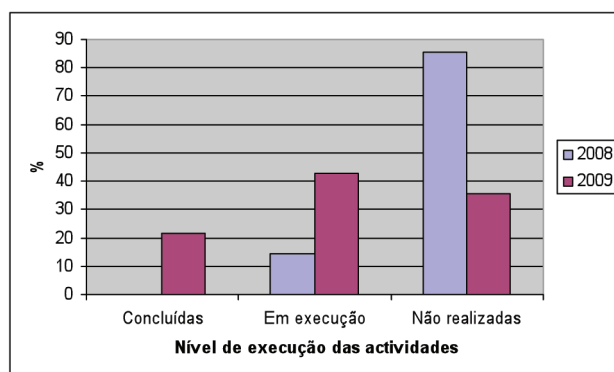


Gráfico 6. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no Distrito de Montepuez.

EM RESUMO:

Actividades realizadas

- Reabilitação de 12 km do troço de estrada que liga Cruz 14 a Napaco;
- Reabilitação de 68 km do troço de estrada que liga Montepuez a Nairoto;
- Construção de 1 ponte sobre o rio Chitope no P/A de Mirate.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Reabilitação de 3 Centros de Saúde tipo II em Mirate, Namanhumbir e Linde;
- Conclusão da reabilitação do Hospital Rural de Montepuez;
- Reabilitação da residência do Chefe do P/A de Nairoto;
- Construção de 2 casas para funcionários da Secretaria Distrital;
- Construção de 23 bombas manuais;
- Construção de cisternas.

Actividades não realizadas

- Construção de 1 Centro de Saúde tipo II em N'ropa;
- Reabilitação de 9 bombas manuais;
- Reabilitação de 30 km di troço de estrada que liga N'ropa a Nacuca;
- Montagem de uma ponte metálica/betão sobre o rio Montepuez ligando N'ropa a Nacuca;
- Construção de barragens.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 7 actividades, das quais 6 não tinham sido realizadas e 1 estava em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Nairoto;
- Construção da Secretaria no Posto Administrativo de Mapupulo;
- Construção da represa de Nanhupo;

- Reabilitação da represa de Nropa;
- Construção da Secretaria do Posto Administrativo de Namanhumbir;
- Construção da Secretaria do Posto Administrativo de Nairoto.

Actividade iniciadas, mas não concluídas

- Reabilitação dos troços de estradas que ligam o cruzamento de Namuno à Aldeia Natite (18km), Mapupulo a Mputo (15km) e Mapupulo a Nropa (18km).

O trabalho de campo apurou que nenhuma das 6 actividades, não realizadas em 2008, constou do PESOD de 2009, nem lhes foi dado seguimento nesse ano. Quando se fez a monitoria, a única actividade que estava em curso em 2008, ainda não havia sido concluída, apesar do Relatório do Governo Distrital reivindicar que tinha sido concluída. Em matéria de factos, tratava-se da reabilitação de 3 troços de via de saibro, dos quais 1 foi concluído e os restantes 2 foram dados como concluídos embora, na verdade, faltem ainda alguns quilómetros por terminar. Trata-se dos troços de Mapupulo a Mputo, onde a reabilitação terminou na aldeia Naner a 1.5 km de Mputo e do troço Mapupulo a N'ropa, que terminou na aldeia Namaval a 4 km de N'ropa.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Duas das quatro fontes de abastecimento de água visitadas, não tinham ainda o sistema de bombagem (Namoro do P/A de Nairoto e Nacata do P/A da vila-sede). Em Bandar, embora tenha sido montada recentemente uma bomba, esta deita água com dificuldade, isto é, a água esgota antes que seja possível encher um recipiente de 20 litros. Um facto curioso é que, mesmo ao lado desta bomba, existe uma outra que, até parar de funcionar, nunca tinha tido os problemas apresentados pela bomba nova:

“... esta bomba é nova, mas passamos mal porque a água acaba facilmente enquanto esta aqui ao lado não tinha esse problema. Todos podíamos tirar água sem parar para se acumular na bomba” afirmaram.

Na ponte sobre o rio Chitope, no posto administrativo de Mirate, obra concluída recentemente, embora ainda não tenha sido entregue oficialmente às autoridades competentes, um dos pilares já estava a ruir. Por outro lado, já tem rachas e o prolongamento da ponte na estrada foi feito com material local, diferentemente das pontes sobre o rio Mehupua no troço de Mapupulo a N'ropa, cujo prolongamento foi feito com pedras e betão.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários do Administrador do Distrito

Reagindo à apresentação dos resultados da monitoria, Fernando Tomás Natal, Administrador do Distrito, disse que as actividades que ficaram por realizar em 2008, não foram executadas em 2009 devido a exiguidade de fundos:

“...temos o problema de planificar e depois não termos o financiamento e, às vezes, depois de recebermos o orçamento temos que replanificar as actividades.

Por outro lado, de acordo com Natal, alguns parceiros não honram os seus compromissos:

“... a represa de Nanhupo não foi construída porque a Cruz Vermelha de Moçambique não financiou, a represa de N’ropa não foi reabilitada porque a Proagri não financiou ” disse.

Sobre a casa do Chefe do Posto administrativo de Nairoto, que não foi construída, o Administrador disse que

“a construção da casa do Chefe do PIA de Nairoto custa cerca de 8 a 12 000 000,00MT, mas nós só recebemos 2.500.000,00MT e esse valor não cobre nada É por isso que estamos a fazer a reabilitação do edifício para ele viver”.

Falando sobre as estradas disse que, as obras de reabilitação que estavam em curso em 2008 foram concluídas e entregues às autoridades competentes e as que estavam previstas para 2009, também foram concluídas, embora haja um troço com algumas imperfeições. Por sua vez, o troço que liga N’ropa a Nacuca não foi reabilitado por falta de fundos.

Embora os resultados do terreno apontem para a não conclusão das obras de reabilitação dos Centros de Saúde de Mirate, Namanhumbir, Linde e Hospital Rural de Montepuez, o Administrador insistiu que aquelas obras já tinham sido concluídas, faltando apenas equipar um deles. No que respeita ao Centro de Saúde de N’ropa, disse que a sua construção ficou paralisada por se tratar de uma actividade realizada em parceria com a Cooperação Espanhola e questões burocráticas na atribuição do visto do Tribunal Administrativo terem atrasado o processo.

Sobre o questão das represas, Raul Merso, Director dos SDAE, na sua intervenção confirmou as declarações do Administrador, segundo as quais, não houve financiamento para a reabilitação da represa de N’ropa e salvaguardou que o Governo estava a trabalhar com as comunidades no sentido de encontrar solução para a questão:

“...a represa de N’ropa não foi reabilitada por causa da exiguidade de fundos por parte do Proagri. As represas precisam de muito dinheiro e lá há tectos definidos para o financiamento. Agora aquela represa será reabilitada com financiamentos alternativos ” disse.

Falando sobre a qualidade das obras, Veriano Vicente, do Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, disse que existem barreiras para a fiscalização das obras porque os parceiros não alocam verbas para as deslocações:

“...nas obras da Engenharia Sem Fronteiras, por exemplo, eles têm os fiscais privados deles. Quando quiseram montar bombas de água nos centros de saúde nós solicitamos as de marca Afridev, mas eles trouxeram marca Ncaragua, que não se adequam à nossa realidade, e o resultado é que não duram muito tempo. Também queríamos trocar as chapas e pintar os edifícios de todos os centros de saúde, mas não é o que foi feito. O problema não é nosso mas, sim, o financiamento nos limita ”.

Comentários do Conselho Consultivo

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, um dos membros, no caso o Chefe do Posto Administrativo de Mapupulo, disse que o que se planificava nem sempre era cumprido. Tal era o caso da reabilitação da estrada que liga os troços de Mapupulo/N'ropa que, segundo ele, estava planificado que chegaria a Mirate. O que efectivamente aconteceu foi que não chegou a Mirate, para além de que só foram feitos melhoramentos localizados. Sobre a qualidade das obras comentou que o facto dos fiscais não serem conhecidos constitui o grande problema *“... nós não conhecemos os fiscais das nossas obras. Às vezes o fiscal vive em Maputo. Como poderá fiscalizar uma obra que está em Mapupulo? Nós estamos a fiscalizar as nossas obras na medida do possível, mas temos este constrangimento ”* afirmou.

Outro membro comentando a construção da ponte sobre o rio Chitope afirmou ter feito contactos pessoais com os empreiteiros para perceber o que estava a acontecer com aquele pilar, que já estava a decair, tendo sido informado que não se tratava do pilar principal da ponte mas sim de um pilar de sinalização, designado por guarda. Sobre a reabilitação do Centro de Saúde de Mirate disse ter conversado com os empreiteiros para que fizessem o trabalho completo mas que estes não aceitaram, alegando que não estava previsto no projecto:

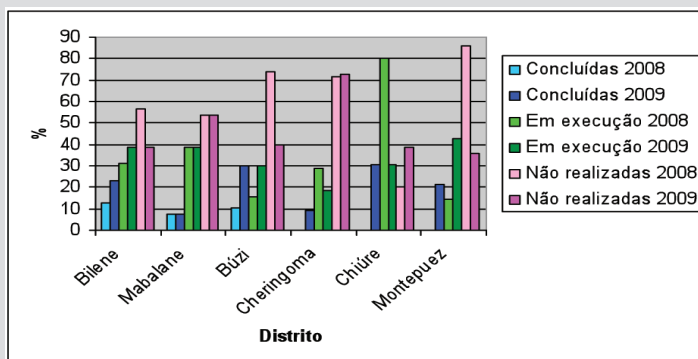
“... nós gostaríamos que fosse reabilitado todo o Centro e até conversámos com os empreiteiros, mas eles disseram que o projecto deles era de saneamento do meio e não incluía a reabilitação dos edifícios. Nós tivemos que aceitar que trabalhassem naquelas condições previstas no projecto deles”.

Uma senhora também membro daquele órgão, referiu-se à Maternidade de Namanhumbir, onde, para além da rede que está a cair, existe um tanque cisterna que não está fixo devido à baixa profundidade. O que a consola é o facto de algumas obras sem qualidade ainda não terem sido oficialmente entregues, o que, segundo ela, dá tempo para correcções

“... para os empreiteiros tudo não consta do contrato, não sei como foi feito esse contrato. A reabilitação do troço da estrada que liga Crz NI4 a Nampaco, teve 2 empreiteiros, sendo que o primeiro fez o que fez e depois desapareceu e o segundo fez aquele trabalho com defeitos, mas a nossa vantagem é que todas as obras de Namanhumbir ainda não foram entregues.”

Para efeitos comparativos, o quadro 4 traz o grau de cumprimento das actividades planificadas pelos Governos Distritais nos anos de 2008 e 2009.

- Em termos comparativos, o grau de execução de actividades passou de 5%, em 2008, para 20%, em 2009;
- O nível de actividades não realizadas reduziu-se de 60%, em 2008, para 46.5%, em 2009;
- Os Distritos de Cheringoma, Montepuez e Chiúre, cujo grau de realizações em 2008 era de 0%, registaram um crescimento na ordem dos 9%, 21% e 30% respectivamente;
- Nos distritos de Mabalane e Cheringoma persiste um baixo nível de actividades concluídas (menos de 10%);
- O distrito de Mabalane manteve o mesmo nível de execução em 2008 e 2009;
- Em termos comparativos, os distritos de Bilene, Búzi e Montepuez registaram uma melhoria no seu desempenho. A percentagem de actividades concluídas aumentou 10,5%, 19,5% e 21,4% respectivamente.



Quadro 6. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por distrito nos dois anos monitorados, 2008 e 2009.

3.7 Município de Manjacaze

Informação Geral

O município da vila de Manjacaze está situado na sede do distrito do mesmo nome, com uma superfície de 78 km² e uma população estimada em 6.830 habitantes. A vila de Manjacaze está dividida em 6 bairros municipais nomeadamente, Cimento, Eduardo Mondlane, Josina Machel, Bairro Alto, Liberdade e Macave.

A Assembleia Municipal de Manjacaze é composta por 13 membros efectivos, todos da bancada da Frelimo, dos quais 6 são mulheres, e 5 membros suplentes dos quais 3 são mulheres, totalizando assim 9 homens e 9 mulheres. Durante o ano de 2009 a Assembleia Municipal de Manjacaze reuniu-se quatro vezes, em sessão ordinária, e uma vez em sessão extraordinária. Constituíram principais assuntos de agenda das sessões os seguintes:

1. Eleição dos membros da mesa da Assembleia Municipal;
2. Informe sobre o desempenho do Conselho Municipal;
3. Funcionamento das comissões, análise de expediente e proposta das comissões de trabalho da Assembleia Municipal;
4. Apresentação da proposta de revisão do orçamento para 2009.

Actividades seleccionadas para monitoria

O Plano de Actividades de 2009 do município de Manjacaze consistia de 51 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para construção, urbanização, administração e finanças.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 12 empreendimentos, sendo 8 na área de construção e urbanização, correspondentes a 75% e 4 na área da administração e finanças, correspondentes a 25% das realizações seleccionadas para monitoria, que são as seguintes:

- Reabilitação de 4 bombas de água nos Bairros Macave, Eduardo Mondlane e Liberdade e Centro de Saúde da vila-sede;
- Construção de 2 bombas de água nos Bairros Macave e Alto;
- Construção de 2 sistemas de abastecimento de água no Bairro Eduardo Mondlane e no Jardim dos Heróis;
- Reabilitação do pequeno sistema de abastecimento de água;
- Reabilitação da residência da Presidente do Conselho Municipal;
- Construção do Mercado Xicanhanine;
- Construção de 3 ruas nos Bairros Josina, Macave e Alto;
- Construção do Jardim junto à Praça dos Heróis;
- Aquisição do equipamento de recolha de lixo: tractor e atrelado;
- Aquisição de equipamento de estradas, niveladora e máquina de *pavet*;
- Aquisição de equipamento para a residência protocolar;
- Aquisição de equipamento para outras residências.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Conselho Municipal

No que diz respeito às actividades seleccionadas para a monitoria, o Relatório Anual do Conselho Municipal de Manjacaze faz menção a 6 das 12 actividades seleccionadas. Trata-se de: Reabilitação de 2 bombas de água, no bairro Eduardo Mondlane e perto do hospital; Reabilitação dum pequeno sistema de abastecimento de água; Construção de 2 pequenos sistemas de abastecimento de água no mercado alternativo e no Jardim dos Heróis; e Construção de 3 ruas municipais actividades consideradas como obras concluídas. As obras de construção do mercado Xicanhanine e do Jardim dos Heróis são mencionadas como sendo obras em curso. O Relatório faz referência a 2 actividades, em que 1 estava em curso e a outra não tinha sido realizada em 2008, que são: A construção da morgue e a reabilitação do parque infantil (como sendo obras concluídas) Quanto ao parque infantil, salienta que, apesar de ter sido reabilitado e entregue às crianças, no dia 1 de Junho, os baloiços carecem de reparação devido ao mau uso pelas crianças.

Constatações no terreno

O trabalho de campo apurou que, das 12 actividades seleccionadas para monitoria, 7 foram concluídas, 3 estavam em execução e 2 não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 58,3% foram concluídas, 25% estavam em execução e 16,7% não foram realizadas (Gráf. 7).

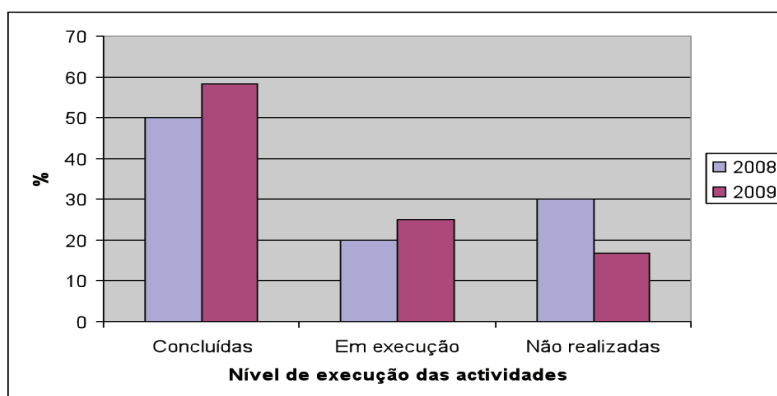


Gráfico 7. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades no município de Manjacaze.

EM RESUMO:

Actividades realizadas

- Reabilitação de 4 bombas de água nos Bairros Macave, Eduardo Mondlane e Liberdade e Centro de Saúde da vila-sede;
- Construção de 2 bombas de água nos Bairros Macave e Alto;
- Construção de 2 sistemas de abastecimento de água no Bairro Eduardo Mondlane e no Jardim dos Heróis;
- Reabilitação do pequeno sistema de abastecimento de água;
- Reabilitação da residência da Presidente do Conselho Municipal;
- Construção de 3 ruas nos bairros Josina Machel, Macave e Alto;
- Aquisição do equipamento de recolha de lixo: tractor e atrelado.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção do Mercado Xicanhanine;
- Aquisição de equipamento de estradas, niveladora e máquina de *pavet*;
- Construção do Jardim junto à Praça dos Heróis.

Actividades não realizadas

- Aquisição de equipamento para a residência protocolar;
- Aquisição de equipamento para outras residências.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 5 actividades, onde 3 não tinham sido realizadas e 2 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades/obras não realizadas

- Reabilitação e Construção de Infra-estruturas no Estádio Municipal;
- Reabilitação do Jardim Infantil;
- Construção de Sanitários Públicos no Mercado Central.

Actividades/obras iniciadas mas não concluídas

- Construção e montagem de 10 bancos no Jardim da Frelimo;
- Conclusão das Obras da Morgue.

O trabalho de campo apurou que as 3 actividades não realizadas em 2008 foram novamente planificadas em 2009. Destas actividades, apenas a reabilitação do Jardim Infantil foi concluída e as restantes 2 não foram realizadas. As 2 actividades que estavam em curso em 2008 foram concluídas.

Avaliação Qualitativa das Realizações

Dos 10 bancos que, de acordo com o plano, deviam ser montados no jardim da Frelimo, apenas 3 foram montados no local inicialmente previsto e os restantes foram distribuídos entre a Assembleia Municipal, o jardim dos Heróis e o Conselho Municipal.

As obras de construção da morgue foram concluídas e entregues às autoridades. Entretanto o trabalho de campo apurou que a mesma não previu a construção de uma rampa para facilitar a transladação das urnas.

Apenas 3 dos 8 baloiços montados no Jardim Infantil estavam em funcionamento aquando do trabalho de monitoria. Uma análise do estado dos baloiços sugere que as argolas usadas para os segurar eram de baixa qualidade, uma vez que se rebentavam na parte de cima, local que as crianças não alcançavam. Isso justificava-se pelo facto de que, para além de usarem rolamentos, usaram argolas que se iam desgastando à medida em que as crianças iam baloiçando o que, em última análise, constituía um perigo eminente para as crianças.

Embora reabilitada em 2009, a bomba de água do Centro de Saúde da vila-sede, já não estava em funcionamento na altura em que decorreu a monitoria no terreno.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários da Presidente do Conselho Municipal

Reagindo aos resultados do trabalho de monitoria no terreno, Maria Helena Langa, Presidente do Conselho Municipal, reconheceu que, em 2009, o Conselho Municipal teve algumas dificuldades na execução do plano. Sobre o furo do Centro de Saúde da vila-sede, disse que este furo é muito problemático porque avaria pelo menos 1 vez a cada 2 meses e estava prevista, para 2010, a abertura de um novo furo naquele local.

No que concerne à reabilitação dos furos, no geral, a Presidente afirmou que a população é que contribui e o Conselho Municipal participa.

Sobre o atraso na construção do jardim junto à Praça dos Heróis, a Presidente afirmou que o Conselho Municipal foi burlado pela empresa Construções Manhique, que iniciou a obra mas a abandonou a meio, o que fez com que o Conselho Municipal contratasse a empresa Construções Fuel para dar continuidade à mesma.

Sobre os baloiços, disse que se encontravam estragados porque os adultos também os usavam, e não voltaram a ser reparados porque algumas crianças já não iam à escola para ficar nos baloiços.

No que se refere ao atraso da construção do Mercado Xicanhanine, Langa afirmou que os concursos levaram muito tempo porque os cadernos de encargos não estavam claros, daí que se recorreu à ajuda da Direcção Distrital das Obras Públicas. A aquisição da máquina *pavé*, uma actividade inscrita no plano de 2009, vai transitar para o ano de 2010. Sobre a reabilitação do Estádio Municipal, afirmou que o empreendimento contava com o financiamento do Fundo de Fomento Desportivo. Naquele momento o CM estava à espera do visto do Tribunal Administrativo.

Para terminar, Langa afirmou que as obras ora paralisadas, ou não realizadas, não dependem do Conselho Municipal, mas sim de outros intervenientes:

"...a nossa vontade era de ver todas as actividades planificadas concluídas, mas isso não depende somente de nós, a reabilitação do Estádio Municipal, por exemplo, está parada porque estamos à espera do visto do Tribunal Administrativo. Na construção do jardim, junto à Praça dos Heróis, o primeiro empreiteiro não honrou o seu compromisso e tivemos que contratar outro " afirmou.

Comentários da Assembleia Municipal

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, uma senhora membro da Assembleia Municipal, concordou com os resultados apresentados pela equipa de monitoria e disse que os documentos dos

projectos aprovados pela AM deviam ter, por um lado, a assinatura da Assembleia e, por outro lado, deviam ser monitorados pelos membros da AM. Lamentou o facto do CM demorar na execução dos projectos aprovados pela AM:

“...nós queremos que o trabalho ande, mas o Conselho Municipal demora a executar os projectos que aprovamos”, frisou.

Um outro membro da Assembleia Municipal afirmou que a AM enfrentava muitas dificuldades no desempenho das suas actividades, porque havia coisas que aconteciam, no terreno, sem o seu consentimento. Segundo este interveniente, a questão das bombas de água e dos sanitários públicos constituía um grande problema naquele município:

“... o mercado alternativo, por exemplo não tem sanitários públicos, mas é lá onde há maior concentração de vendedores, e é também terminal de transportes públicos semi-colectivos de todos os locais” disse.

Um outro membro da AM disse que o fraco desempenho daquele órgão prendia-se com o facto de os membros terem medo de sofrerem represálias e serem perseguidos e salientou que existiam muitas bombas de água que não estavam em funcionamento nos bairros, porque o CM não tinha uma equipa técnica de supervisão. Quanto aos baloiços disse que aqueles não duraram duas semanas porque se tinha usado material de baixa qualidade:

“Eu aconselhei o técnico a usar rolamentos nos baloiços, mas ele não me quis ouvir e o resultado foi esse que viram” disse.

Mais adiante, este membro lamentou o facto de todas as obras da vila serem ganhas pela mesma empresa:

“...nós, membros da AM, não sabemos se realmente se lança um concurso público ou não para a adjudicação das obras de construção daqui da vila porque todas elas são feitas pela Construções Fuel” vinçou.

Um outro membro da AM afirmou que a questão de fundo estava relacionada com o facto de aquele órgão não ter beneficiado de uma capacitação sobre o seu papel quando foi eleito:

“nós somos membros da AM, mas não tivemos nenhuma capacitação, apenas aprendemos a fazer fazendo. Eu sou da comissão de finanças, mas não tive nenhuma capacitação ” acrescentou.

Para esta interveniente, a empresa Construções Fuel não devia ganhar as obras daquele município porque o proprietário é o esposo da Presidente do CM, o que justificava claramente o porquê deste empreiteiro ganhar todas obras do município. Sobre as obras de conclusão da morgue, outra senhora, membro da AM afirmou que aquela obra, apesar de ter sido entregue e aceite pelas autoridades competentes, ainda não foi concluída, porque não tinha uma rampa para os carros que fazem a transladação das urnas. Sobre as estradas, disse que:

“...estas são feitas às metades devido à falta de clareza dos planos que não indicam os troços a serem reabilitados ou construídos”.

Na sua intervenção, a Secretária da Mesa da AM afirmou que os membros da AM não faziam a monitoria da execução do plano. Disse igualmente que a campanha eleitoral para as eleições gerais que se realizaram em 2009 afectou negativamente o cumprimento do plano, porque todos

os membros estavam envolvidos na campanha. O Vice-Presidente da AM falou da importância de se planificar tomando em consideração a planificação do ano anterior, para garantir lógica na governação.

Para terminar, Ismael Khan, presidente da AM, afirmou que havia certas actividades que, apesar de terem constado no plano, não foram realizadas porque foram definidas outras prioridades. Quanto aos bancos, concordou que não foram montados no local inicialmente previsto. Khan, salientou que a conclusão da morgue levou muito tempo porque o elenco do mandato passado deixou muitas dívidas por causa da fraca cobrança de receitas.

3.8 Município de Marromeu

Informação Geral

A vila de Marromeu, sede do distrito com o mesmo nome, situa-se a Nordeste da província de Sofala, Com uma superfície de aproximadamente 144 km² e uma população estimada em cerca de 40.000 habitantes. O município está dividido em 8 bairros municipais, nomeadamente Keneth Kaunda, Joaquim Chissano, Mateus Sansão Muthemba, Samora Machel, 1 de Maio, 10 de Agosto, São Tomé, Baliera, e 7 de Abril.

A Assembleia Municipal de Marromeu é composta por 13 membros dos quais 8 da bancada da Frelimo, sendo 5 homens e 3 mulheres, e 5 da bancada da Renamo, com 4 homens e 1 mulher. Em 2009, a Assembleia Municipal de Marromeu reuniu-se quatro vezes, em sessão ordinária, e uma vez em sessão extraordinária. Após cada sessão foi produzida uma acta. As sessões foram dominadas pelos seguintes temas:

1. Aprovação do plano da AM para o ano de 2009;
2. Constituição da Comissão Permanente da AM;
3. Aprovação do relatório das actividades desenvolvidas pelo CM;
4. Aprovação de Plano e Orçamento do Conselho Municipal.

Em 2009, a Assembleia Municipal de Marromeu aprovou um orçamento de 1.103.701,00 Mt, dos quais 99.761,00 Mt de receitas próprias, 700.000,00 Mt do Fundo de Compensação Autárquica (FCA) e 403.940,00 Mt do Fundo de Investimento de Iniciativa Local.

Actividades seleccionadas para monitoria

O Plano de Actividades de 2009 do Município de Marromeu consistia de 63 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para a urbanização e saneamento do meio, construção e infra-estruturas, e educação e saúde.

Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 12 empreendimentos, sendo 9 na área das infra-estruturas, correspondentes a 75%, 2 na área do saneamento do meio, correspondentes a 16,7%, e 1 na área de educação e saúde, correspondente a 8,3% das realizações seleccionadas para a monitoria, que foram as seguintes:

- Reabilitação do sistema de abastecimento de água;
- Aquisição de uma viatura basculante ou tractor para recolha de resíduos sólidos;
- Construção da ponte Samora Machel;
- Construção e reabilitação de valas de drenagem no Mercado Central;
- Construção de uma sala de aulas na escola 4 de Outubro;
- Construção de uma sala de aulas na escola Josina Machel;
- Reabilitação de 3 pontecas no bairro 1º de Maio;
- Reabilitação da Praça dos Continuadores/parque infantil;
- Reabilitação de furos de água;
- Construção de furos de água;
- Construção de um balneário público no Bairro 1º de Maio;
- Conclusão duma sala de aulas na escola Samora Machel.

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório Anual do Conselho Municipal

No que diz respeito às actividades seleccionadas para a monitoria, o Relatório Anual do Conselho Municipal de Marromeu faz menção a 4 das 12 actividades seleccionadas. Trata-se da limpeza da Praça dos Continuadores; limpeza e manutenção das valas de drenagem no Mercado Central; construção de 2 salas de aulas na escola 4 de Outubro e reparação de 2 bombas de abastecimento de água potável e cisterna no bairro 7 de Abril, como sendo obras concluídas. Sobre as restantes 8 nada diz.

Constatações no terreno

O trabalho de campo apurou que, das 12 actividades seleccionadas para monitoria, quatro (4) foram concluídas, quatro (4) estavam em execução e quatro (4) não foram realizadas. Em termos estatísticos das actividades seleccionadas para a monitoria em 2009, 33,3% foram concluídas, 33,3% estavam em execução e 33,3% não foram realizadas (Gráf. 8).

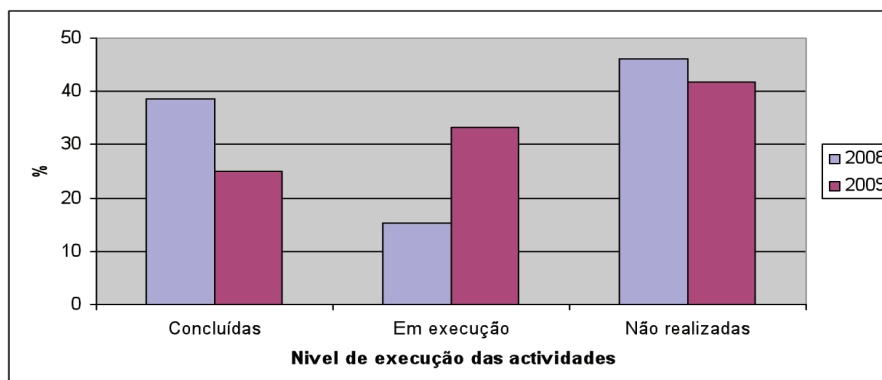


Gráfico 8. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no município de Marromeu.

EM RESUMO:

Actividades realizadas:

- Reabilitação do sistema de abastecimento de água;
- Aquisição de uma viatura basculante ou tractor para recolha de resíduos sólidos;
- Reabilitação de 3 pontecas no bairro 1º de Maio;
- Construção e reabilitação de valas de drenagem no Mercado Central.

Actividades iniciadas mas não concluídas

- Construção de uma sala de aulas na escola 4 de Outubro;
- Reabilitação da Praça dos Continuadores/parque infantil;
- Reabilitação de furos de água;
- Construção de furos de água;

Actividades não realizadas

- Construção da ponte Samora Machel;
- Construção de uma sala de aulas na escola Josina Machel;
- Conclusão de uma sala de aulas na escola Samora Machel;
- Construção de um balneário público no Bairro 1º de Maio.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 8 actividades, onde 6 não tinham sido realizadas e 2 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades não realizadas

- Levantamento de bancas;
- Construção de duas (2) bombas Manuais nos bairros Mateus Sansão Muthemba e 1º de Maio;
- Construção de duas (2) salas de aulas com material local com cobertura de chapas de zinco no bairro Joaquim Chissano;
- Construção de duas (2) pontecas nos bairros Mateus Sansão Muthemba e Samora Machel;
- Aquisição de seis (6) bicicletas para os técnicos e cobradores;
- Continuação do reflorestamento das bermas do dique de protecção, ruas e recintos recreativos.

Actividades iniciadas, mas não concluídas

- Construção de um mercado no bairro Keneth Kaunda;
- Reabilitação da casa dos técnicos e do Presidente do Conselho Municipal.

O trabalho de campo apurou que, das 6 actividades não realizadas em 2008, 3 foram novamente planificadas em 2009. Das actividades, apenas o levantamento de bancas e a construção do dique de protecção foram concluídas; uma estava em curso, a construção de 2 salas de aulas no bairro Joaquim Chissano, e as restantes 3 não tinham sido realizadas. Das 2 actividades que estavam em curso em 2008, 1 foi concluída e a outra, que é a reabilitação da casa dos técnicos e do Presidente do Conselho Municipal foi parcialmente realizada.

Avaliação Qualitativa das Realizações

O mercado Keneth Kaunda, um empreendimento recentemente concluído, já apresentava fendas nas paredes e o soalho tinha muitas cavidades. As valas de drenagem que beneficiaram de uma limpeza geral já se encontravam entupidas, dificultando o escoamento das águas. Duas das 3 pontecas reabilitadas já se encontravam em desuso para as viaturas devido aos buracos enormes que apresentam. O trabalho de campo apurou que o problema estava na qualidade das anilhas que foram usadas, uma vez que não suportavam a carga das viaturas. Por outro lado, constatou-se que, ao invés de betão, foi usado cimento.

Dos 4 furos novos visitados, designadamente 10 de Agosto, 7 de Abril, Joaquim Chissano e Escola 25 de Junho, 2 já não se encontravam em funcionamento e os 2 que ainda funcionavam, já tinham problemas: em 1 a água jorrava com dificuldade, de tal sorte que era necessário esperar um tempo para a água se acumular, e do outro jorrava água salgada. No geral, os furos em funcionamento no município jorravam água salgada ou turva e os pisos, embora recentemente pavimentados, já apresentavam brechas. Nestas visitas aos furos de água, o técnico que acompanhava a equipa de monitoria tentou ludibriar a equipa, mostrando uma bomba de água, no Centro de Saúde de Marromeu, alegando que a mesma fora construída pelo Conselho Municipal. Mas o Enfermeiro-Chefe, que estava em serviço naquela unidade sanitária, interveio logo a contrariar o facto:

“...meus senhores, este furo não foi construído pelo Conselho Municipal, mas sim pela Oxfam. Aqui no hospital a obra do município que está em curso é a construção da morgue” refutou.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários Presidente do Conselho Municipal

Reagindo à apresentação dos resultados da monitoria no terreno, Palmerim Canotilho Rubino, Presidente do Conselho Municipal, concordou com as observações da equipa de monitoria e afirmou que algumas obras monitoradas em 2009 não foram realizadas. Segundo ele, aquelas não aconteceram devido a i) Exiguidade de fundos, ii) Dependência do CM em relação aos parceiros e iii) Porque eram de interesse do elenco do mandato passado

“...a aquisição de bicicletas para os cobradores por exemplo, não incluímos no plano porque assumimos que o cobrador sai de casa e vai ao mercado. Isso era necessidade do elenco do mandato passado” afirmou.

Falando sobre as bombas/furos de água, Rubino referiu-se à política nacional de água nos seguintes termos:

“...a política nacional de água prevê a montagem da bomba e posterior entrega à população, mas não prevê cobranças para a manutenção da própria bomba, apenas prevê a criação dum comité de manutenção de água onde um dos membros deve saber reparar a bomba”.

Ainda sobre este assunto, disse que, em 2009, foram identificados um total de 22 furos avariados e, destes, foram reabilitados 13 pelo Conselho Municipal. Para reabilitação dos restantes 9 o CM contava com o financiamento do Programa de Abastecimento de Água para a Província de Sofala (PARSO), que prometeu construir 7 e reabilitar 5.

“...nós fizemos o que estava ao nosso alcance: abrimos um furo de água provisório no Bairro 10 de Agosto que, embora com dificuldades, está a servir a população enquanto esperamos a construção dos furos que o PARSO prometeu” esclareceu.

Sobre a ponte Samora Machel, que apesar de ter constado em ambos os planos, de 2008 e 2009, não foi construída disse que aquela obra era da responsabilidade da Administração Nacional de Estradas,

que prometeu fornecer uma ponte metálica. Sobre a construção de salas de aulas, admitiu que houve falha no momento da planificação porque não era possível construir-se tantas salas em apenas um ano mas sim durante todo o mandato. Para terminar, Rubino afirmou que existiam actividades que, apesar de constarem no plano do Conselho Municipal, não estavam ao seu alcance

“...há coisas que podemos querer fazer mas que não estão ao nosso alcance. E depois?” interrogou.

Comentários da Assembleia Municipal

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, um membro da AM começou por lamentar a falta de brigadas de monitoria das obras do Conselho Municipal

“...nunca houve brigadas de monitoria das obras do Conselho Municipal. Por isso nós somos culpados, mas o maior culpado é o nosso Presidente” disse.

Por sua vez, o Vice-Presidente da AM disse que a AM aprovou muitas actividades para o ano de 2009 e, inclusive, foram formados grupos de trabalho mas, por causa das eleições gerais de 2009, não foram realizadas.

“... nós aprovamos a reabilitação da residência oficial do Presidente do Conselho Municipal por duas vezes, isto é, no plano de 2008 assim como de 2009, mas até aqui ainda não foi concluída” lamentou.

Na mesma senda, afirmou que, no mandato passado, fora aprovada a construção/reabilitação de 15 pontes mas isso também não aconteceu.

Outro membro da AM disse que a qualidade das obras, bem como os prazos da sua conclusão, eram culpa dos empreiteiros

“os empreiteiros enganam-nos. Temos por exemplo a construção da estrada em pavet que prometeram entregar-nos este ano, mas não vai terminar” frisou.

Um outro membro da AM enfatizou que o problema de falta de qualidade nas obras era da responsabilidade dos empreiteiros, porque não eram devidamente fiscalizadas. Ele citou o caso da construção do mercado Keneth Kaunda que tinha uma boa planta mas que acabou mal executada

“...o problema da qualidade das obras está relacionado com a falta de fiscais para os nossos empreiteiros. Antigamente os empreiteiros tinham fiscais, mas agora não há engenheiros técnicos para o efeito. O nosso trabalho não anda bem, não só ao nível municipal, mas sim ao nível provincial. Se calhar o cimento que os empreiteiros usam não é de boa qualidade ou há desvio do material. Nas pontecas, por exemplo, as anilhas são feitas localmente, mas não têm boa qualidade porque usam varão muito fraco” venceu.

3.9 Município de Mocímboa da Praia

Informação Geral

O município de Mocímboa da Praia encontra-se localizado no extremo norte da Província de Cabo Delgado, a 150 km da foz do Rio Rovuma, com uma superfície de 24.000 km², e cerca de 50.000 habitantes (censo de 2007). A vila de Mocímboa da Praia está dividida em 10 bairros municipais nomeadamente, Cimento, Unidade, Pamunda, 1º de Maio, Milamba, Muengue, Nanchemele, Nanduádua, Mota, 30 de Junho e Buji.

A Assembleia Municipal (AM) de Mocímboa da Praia, é composta por 17 membros, 11 dos quais pela bancada da Frelimo e 6 pela bancada da Renamo. Esta é uma Assembleia praticamente nova, tendo transitado do anterior mandato apenas 2 membros da Frelimo e 1 da Renamo. No ano de 2009, a Assembleia Municipal aprovou um orçamento de 13.058.994,80MT, dos quais 5.458.914,80MT provêm de receitas próprias, 5.261.960,00MT do Fundo de Compensação Autárquica (FCA) e 2.338.120,00 Mt do Fundo de Investimento de Iniciativa Local.

Actividades seleccionadas para monitoria

O Plano de Actividades do município de Mocímboa da Praia consistia de um total de 100 actividades, cobrindo variadas áreas, com destaque para infra-estruturas. Para monitorar, a Iniciativa seleccionou 11 empreendimentos desta área, correspondentes a 100% das realizações seleccionadas para a monitoria que são as seguintes:

- Construir bancas e rodear o espaço de venda do pescado junto ao mar
- Reabilitação dos passeios danificados na Avenida Samora Machel
- Reabilitação de 600m da Avenida Josina Machel
- Construção de 1 terminal de transportadores públicos
- Construção de fontanários públicos na vila municipal
- Construção dum mercado municipal no Bairro Nanduádua
- Construção de sanitários públicos na vila municipal
- Reabilitação de sanitários públicos existentes na vila municipal
- Reabilitação das salas de aulas construídas nos bairros
- Apetrechamento com carteiras das salas de aulas construídas
- Reabilitação de infra-estruturas culturais

Trabalho de Monitoria

Cenário a partir do Relatório do Conselho Municipal

No que diz respeito às actividades seleccionadas para a monitoria, o Relatório Anual do Governo Municipal de Mocímboa da Praia, faz menção a 5 das 11 actividades. Trata-se da construção de fontanários públicos na vila municipal; a construção de espaços de venda do pescado junto ao mar como actividades concluídas; a construção de 1 terminal de transportadores públicos; a reabilitação dos passeios danificados na Avenida Samora Machel; e a construção de sanitários públicos na vila municipal como actividades em curso. O relatório do Conselho Municipal nada diz sobre as restantes actividades.

Constatações no terreno da equipa de monitoria

O trabalho de campo apurou que, das 11 actividades seleccionadas, duas (2) foram concluídas, três (3), estavam em execução e seis (6) não tinham sido realizadas. Em termos estatísticos, das actividades seleccionadas para a monitoria, 18,2% foram concluídas, 27,3% estavam em execução e 54,5% não tinham sido realizadas (Gráf. 9).

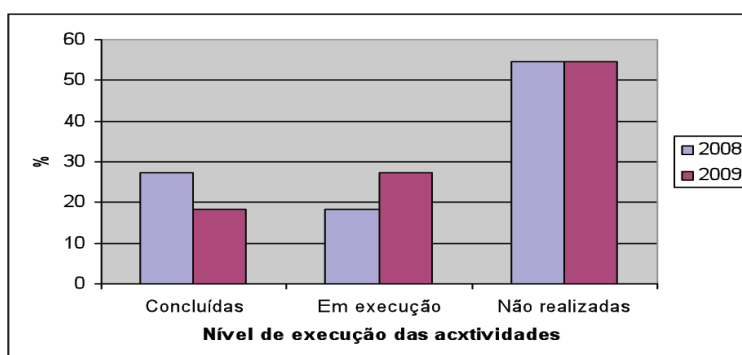


Gráfico 9. Ilustração gráfica do nível de execução das actividades monitoradas no município da Mocímboa da Praia.

EM RESUMO:

Actividades concluídas

- Construir bancas e rodear o espaço de venda do pescado junto ao mar;
- Construção de fontanários públicos na vila municipal;

Actividades iniciadas mas não concluídas:

- Construção de 1 terminal de transportadores públicos;
- Reabilitação dos passeios danificados na Avenida Samora Machel;
- Construção de sanitários públicos na vila municipal.

Actividades não realizadas:

- Reabilitação de 600m da Avenida Josina Machel;
- Reabilitação das salas de aulas construídas nos bairros;
- Apetrechamento com carteiras das salas de aulas construídas;
- Construção dum mercado municipal no bairro Nanduádua;
- Reabilitação de sanitários públicos existentes na vila municipal;
- Reabilitação de infra-estruturas culturais.

Ponto de situação das actividades que não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso em 2008

Para além das actividades seleccionadas do plano de 2009, foram monitoradas algumas actividades que, de acordo com o relatório de monitoria de 2008, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso. Trata-se de 8 actividades, em que 6 não tinham sido realizadas e 2 estavam em curso, como a seguir se apresenta:

Actividades iniciadas mas não concluídas:

- Construção de alpendres nos mercados 30 de Junho, Muengue, Zalala e bancas em Nanduadua
- Reabilitação da sede do Conselho Municipal

Actividades não realizadas:

- Construção de bancas em Nanduadua;
- Construção de um bloco de 2 salas de aulas em Pandique, bairro Nanduadua;
- Construção do campo de futebol de 11, no Bairro 30 de Junho;
- Acabamento das obras de construção dos sanitários no Bairro Nanchemele;
- Recuperação dos bancos em betão no Jardim Principal;
- Reabilitação das instalações da Direcção dos Serviços Urbanos.

Nenhumas das 6 actividades, que não tinham sido realizadas em 2008, constou do plano para 2009. Ainda assim, há uma actividade que não tendo transitado para o Plano de 2009, foi realizada. Trata-se da reabilitação do edifício da Direcção dos Serviços Urbanos. Das 2 actividades que estavam em curso em 2008, apenas a reabilitação da sede do Conselho Municipal foi concluída e a outra actividade estava paralisada.

Avaliação Qualitativa das Realizações

A obra de construção de bancas e vedação de espaço de venda de pescado foi concluída, mas este espaço não está a ser utilizado pelos pescadores, alegadamente devido à localização das bancas. Segundo informações colhidas no local, o plano previa a construção de bancas junto ao mar e foram construídas no mercado onde, na opinião dos pescadores, não existem condições para tratamento do pescado (água, por exemplo).

Na área de abastecimento de água, em 2009 foi reabilitado o pequeno sistema de abastecimento localizado em Buji, que faz abastecimento de 37 fontanários, distribuídos pelo município. Ainda nesta área, o trabalho de monitoria apurou que foram reabilitadas 7 fontes de água. Todavia, na altura em que decorreu o trabalho de campo, algumas delas já não funcionavam (Nanduádua e Unidade) e outras ainda não haviam sido entregues às autoridades competentes (Buji e Pamunda).

Um empreendimento que não constava do plano mas que mereceu atenção por parte da equipe de monitoria, foi a reabilitação e transformação de duas casas antigas em Postos de Saúde. Durante o trabalho de monitoria, já estava em pleno funcionamento o Posto de Saúde de Nanduádua, que oferece serviços de tratamento ambulatorio, testes rápidos e serviço de saúde materno infantil. Todavia este Posto de Saúde não possui um alpendre ou local onde os doentes e acompanhantes possam aguardar até que sejam atendidos. Neste momento, ficam expostos ao sol. O outro posto de saúde localizado em Milamba estava ainda em construção aquando do trabalho de campo, mas já na fase conclusiva, prevendo-se que seja entregue em Fevereiro de 2010.

Reacções às Constatações da Equipa de monitoria

Comentários do Presidente do Conselho Municipal

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, Fernando Abel Neves, Presidente do Conselho Municipal, afirmou que o município tem enfrentado alguns problemas de ordem financeira mas tem-se esforçado para cumprir com o planificado. No que diz respeito às actividades planificadas e não realizadas, Neves afirmou que tal se deveu aos reajustamentos que foram feitos ao plano, em função das demandas dos munícipes. A título de exemplo, referiu-se à reabilitação de 600m na avenida Josina Machel que não aconteceu porque o conselho municipal realizou consultas aos munícipes, sector privado e outros actores sociais e, com base nessa consulta, foi feita a realocação dos fundos disponíveis daquela obra para outro empreendimento que se apresentava prioritário, neste caso, a construção de duas valas de drenagem.

Em relação à construção do mercado em Nanduádua, Neves referiu que foi realizado um estudo diagnóstico que indicou que o terreno onde se pretendia construir o mercado não era adequado para aquele empreendimento. De acordo com o Presidente, uma construção daquele tipo naquele local, implicaria um grande trabalho de preparação do terreno que envolveria custos adicionais que o CM não poderia suportar com o orçamento disponível.

Falando sobre o abastecimento de água, em especial das fontenárias que não deitam água, o PCM afirmou que, de acordo com um estudo realizado, o sistema de abastecimento em uso no município era obsoleto:

“ Este ano foi reabilitado o pequeno sistema de abastecimento de água do município localizado em Buji, mas ainda temos problemas de água porque o sistema foi concebido para abastecer cerca de 7 mil habitantes e o município conta, neste momento, com aproximadamente 50 mil habitantes”, disse.

Sobre os sanitários públicos, Neves afirmou que aquela questão continuava a ser um problema recorrente no município devido a questões de natureza cultural.

“os habitantes de Mocímboa, não tem cultura de usar sanitários. e estas infra-estruturas têm sido alvo de actos de vandalismo”.

Por essa razão, o CM decidiu parar com a construção e/ou reabilitação de sanitários e começar antes por fazer um trabalho de sensibilização e consciencialização dos munícipes sobre a importância destes empreendimentos. Sobre as bancas para venda de pescado, que não estão sendo utilizadas, Neves disse que as mesmas seriam transferidas para perto do mar juntamente com um frigorífico que está sendo montado para conservação do pescado.

Terminando, o PCM referiu-se às actividades não realizadas e/ou não concluídas em 2008, dizendo que as mesmas seriam tomadas em consideração, pelo menos, as que estavam em curso para evitar desperdício de material. A título de exemplo, citou o facto de, naquele momento, o CM estar a negociar com parceiros, fundos para dar continuidade às obras de construção de alpendres nos mercados de Zalala, 30 de Junho, Muengue e Nanduádua.

Comentários da Assembleia Municipal

Reagindo aos resultados da monitoria no terreno, um dos membros da Assembleia Municipal afirmou que, como membros daquele órgão, estavam cientes do papel que jogam na governação municipal, sobretudo na fiscalização das acções do governo do dia. Afirmou ainda que o ano de 2009 foi marcado por alguns sucessos na execução do plano e orçamento municipal dando como exemplo a “construção” de dois novos Postos de Saúde que iriam minimizar as enchentes que se têm verificado no Hospital Rural. Vintane Chivave, Presidente da Assembleia Municipal, referiu-se ao facto de os membros da Assembleia Municipal tudo fazerem para desempenhar as suas actividades de fiscalização e monitoria. Todavia para Chivave,

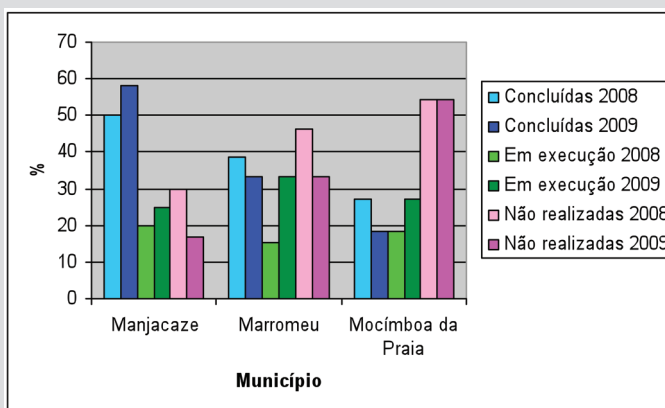
“o grande desafio com que se depara a Assembleia Municipal é a falta de capacidade técnica para desenvolver tais actividades”.

Um outro membro fez alusão aos fontenários recentemente construídos que entretanto não deitam água, tendo dito que a AM já discutiu o assunto e estava à espera de uma solução por parte do Conselho Municipal. Sobre a não utilização das bancas para venda de pescado, um dos membros disse que

“logo que foram inauguradas aquelas bancas os munícipes reclamaram devido a falta de valas de drenagem e água para tratamento do pescado (...). Não sabemos porque foram colocar as bancas num mercado onde são comercializados produtos de outra natureza. Ali não dá para vender peixe e outros produtos por causa do cheiro e das moscas que o peixe atrai”, rematou.

Para efeitos comparativos, o quadro 6 traz o grau de cumprimento das actividades planificadas pelos governos autárquicos nos anos de 2008 e 2009.

- O grau de execução de actividades baixou de 39%, em 2008, para 37%, em 2009;
- O nível de actividades não realizadas reduziu-se de 44%, em 2008, para 35% em 2009;
- O município de Manjacaze aumentou o grau de realizações de 50%, em 2008, para 58%, em 2009;
- O Município de Mocímboa da Praia continua com mais de 50% de actividades não realizadas;
- Em 2009, o Município de Marromeu duplicou o número de actividades em execução de 15% em 2008 para 33%.



Quadro 7. Comparação do grau de execução das actividades seleccionadas por município nos dois anos monitorados, 2008 e 2009.

Experiências do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

O trabalho de monitoria colheu, em cada um dos 6 distritos abrangidos pela Iniciativa, algumas experiências sobre a utilização do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), os vulgos “sete milhões”. Este trabalho permitiu concluir que, ao nível daqueles distritos, o sucesso dos projectos financiados no âmbito do OILL é medido pelo grau de reembolso dos fundos alocados. Em Mabalane os projectos que registaram mais reembolso ao Governo Distrital são os de geração de rendimento, principalmente bancas, cantinas e transportes semi-colectivos de passageiros. O mesmo acontece em Búzi, onde os projectos ligados ao comércio a retalho, projectos pesqueiros e de produção de sal, se têm notabilizado mais, a julgar pelo nível de reembolso registado até ao momento.

Apesar de os governos distritais apostarem mais nos projectos de produção de comida, os investimentos na área agrícola são associados a elevados riscos. Pelo indicador de reembolso, os projectos de produção são considerados os que mais fracassam. Em Cheringoma, por exemplo, este fundo é maioritariamente usado para a agricultura (atribuição de motobombas, charruas, sementes e outros insumos agrícolas para os beneficiários). Todavia, o nível de reembolsos é muito baixo. Só para elucidar, em 2008, foram desembolsados 2.517.370,00MT para projectos de produção de comida e, deste valor, apenas 1.762,16MT foi reembolsado ao Governo Distrital. Em termos estatísticos isto significa um reembolso na ordem dos 0,07%.

Na opinião das Equipas Técnicas Distritais (ETD's), o que determina o sucesso ou insucesso dos projectos é a seriedade dos beneficiários. Os que beneficiam do fundo para produção de comida muitas vezes socorrem-se dos fenómenos naturais (seca e estiagem) para justificar o seu fracasso, mas nem sempre é o que acontece. No Distrito de Búzi, por exemplo, não houve estiagem em 2008 mas, mesmo assim, não houve produção e conseqüentemente não houve reembolsos por parte dos beneficiários. Nos distritos, os Serviços Distritais de Actividades Económicas (DSAE), em colaboração com as Equipas Técnicas Distritais, são as entidades governamentais responsáveis por fazer o acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelo OILL. Mas o trabalho de campo apurou que isto não é feito de forma sistemática, aparentemente por constrangimentos de ordem financeira. Por vezes, estas equipas só têm oportunidade de fazer trabalhos de monitoria quando o distrito recebe a visita de ‘estruturas’ que vêm do Governo Central ou Provincial e/ou de organizações não-governamentais (ONG's). Entretanto este trabalho tem as suas limitações uma vez que nem todos os locais onde estão sendo implementados projectos, no âmbito do OILL, são visitados. Por isso, não existe um registo sistemático, do em termos de relatórios, de acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelo OILL.

O grande constrangimento deste fundo tem a ver com o baixo nível de reembolso dos valores alocados por parte dos que beneficiaram. O que acontece é que os beneficiários ou perceberam mal a iniciativa governamental (o dinheiro é alocado a título de empréstimo) ou ignoram a necessidade de reembolsar este fundo precisamente por ser do Estado.

Experiências do Orçamento de Investimento de Inicia-tiva Local

ASPECTOS COMUNS:

No geral

- Os projectos de geração de rendimento são considerados mais prósperos relativamente aos de produção de comida que são dependentes de outros factores;
- O sucesso dos projectos financiados pelo OIIL é medido pelo grau de reembolso dos fundos alocados;
- Em parte, o baixo nível de reembolso dos fundos é explicado pelo facto de existir, ao nível das populações, a percepção de que por ser dinheiro do Estado este não tem que ser devolvido;
- Não é feito um trabalho contínuo e sistemático de acompanhamento da implementação dos projectos, financiados pelo OIIL, devido a dificuldades de ordem financeira; não são produzidos relatórios de acompanhamento;
- As ETD's não têm um orçamento para o seu funcionamento, daí dependerem de eventos do Governo e/ou chegada de missões de fora para visitar os locais de implementação dos projectos.

Causas do fracasso:

- Falta de fundos para as equipas técnicas se deslocarem para o terreno para monitorar os projectos;
- Morosidade nos reembolsos pelos beneficiários;
- Falta de honestidade dos beneficiários;
- Desvios de aplicação;
- Falta de espírito de associativismo;
- Mortalidade;
- O incumprimento das obrigações contratuais pelos beneficiários.

4. CONCLUSÕES:

Distritos

Para além dos empreendimentos seleccionados para o ano de 2009, o trabalho de monitoria incidu igualmente sobre as actividades que constavam dos PESODs de 2008, que entretanto, não tinham sido realizadas e/ou estavam em curso na altura em que foi realizado o trabalho de campo em 2008. Concretamente, o trabalho de campo procurou verificar até que ponto as actividades que não foram realizadas em 2008 transitaram para os PESODs de 2009. Isto servia para aferir o nível de coerência na planificação. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, apenas, 17,9% dos empreendimentos não realizados em 2008 foi incluído nos PESODs de 2009. O trabalho de campo procurou ainda verificar a medida em que as actividades que estavam em curso quando se realizou o trabalho de campo em 2008, tinham sido concluídas em 2009. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, em termos percentuais, 38% tinha sido concluído, 28,6% estava em curso e 33,3% tinha sido paralisado, ou seja, foram iniciadas em 2008 e não tiveram seguimento em 2009.

Mais uma vez, o trabalho de campo nos 6 distritos abrangidos concluiu que os governos distritais ainda não realizam metade das actividades inscritas nos PESOD. Para justificar o baixo nível de execução dos PESOD, os governos distritais reconheceram a existência de fragilidades institucionais no processo de planificação que não é acompanhado pelo orçamento, de tal forma que a planificação é feita antes de se ter conhecimento dos tectos orçamentais, resultando numa planificação irrealista. O que na realidade acontece, é a elaboração de um “*shopping list*” contendo todas as necessidades do distrito. Tal como apontado no primeiro exercício de monitoria, o principal constrangimento deste processo, é a engenharia institucional em torno da elaboração do PESOD.

Mais uma vez, estas constatações nos remetem para uma leitura de que, pelo figurino institucional em que se realiza a planificação e orçamento em Moçambique, o PESOD ainda não é um instrumento confiável para o exercício de monitoria da governação local, na medida em que há uma discrepância entre a lógica da planificação e a lógica da afectação de recursos, o que traz consigo um elevado nível de incerteza quanto ao financiamento das actividades inscritas no PESOD. Isto traz reservas sobre a centralidade do PESOD como instrumento de governação no distrito, na medida em que o Governo Distrital se propõe implementar um plano, desenhado numa lógica de baixo para cima (*bottom up*) - em harmonia com o pressuposto de que o distrito é a base de planificação - mas o seu financiamento se opera numa lógica de cima para baixo (*top down*) - em clara desarmonia com o pressuposto de que os distritos são a base territorial de planificação e orçamento.

Tal como indicou o relatório de 2008, o exposto acima alimenta a impressão de que o PESOD existe e é reconhecido pelas autoridades provinciais e nacionais, mas ainda com um grande nível de incerteza

sobre a realização das actividades inscritas. Na verdade, isto estende-se ao próprio paradigma de que o distrito é a unidade territorial de planificação e orçamento e, conseqüentemente, da ideia de que os distritos são o pólo de desenvolvimento.

No geral, o nível de seguimento das actividades iniciadas em 2008 é baixo, ou seja, muitas actividades que foram reportadas em 2008 como estando em curso, foram abandonadas em 2009. Por exemplo, em 2008, o Governo do Distrito de Mabalane iniciou a construção de uma represa orçada, e paga, em 1.632.000,00 Mt que, entretanto, foi abandonada. Caso similar aconteceu em Bilene onde, em 2008, se iniciou a construção dum edifício para depósito de medicamentos em que, entretanto, a obra foi abandonada, alegadamente porque o projecto foi reprovado pelo Governo Provincial.

O exercício de Auditoria Social apurou que os empreendimentos realizados no contexto do PESOD têm problemas de qualidade, porque, por um lado, usam material de baixa qualidade e, por outro lado, as obras registam grandes atrasos antes de se iniciarem. Quando se iniciam são feitas às pressas, normalmente, fazendo uso de empreiteiros que têm a seu cargo quase todas as obras do distrito ou “pedreiros” locais que têm dificuldades técnicas e de pessoal. Isto faz com que, apesar do grau de execução ter aumentado consideravelmente comparativamente ao ano de 2008, este aumento não se traduza ainda na melhoria de vida das comunidades, porque os empreendimentos continuam a apresentar problemas de qualidade.

A questão do abastecimento de água foi uma constante em todos os planos distritais tendo sido construídos e/ou reabilitados vários furos para o abastecimento de água. Mas a falta de água continua a ser um problema recorrente nesses locais, pois, pouco tempo depois, as fontes avariaram ou deitam água imprópria para o consumo.

Tal como indicou o anterior relatório, os Conselhos Consultivos estão confinados ao OIIL. Têm uma ligação marginal com outros instrumentos de governação nos distritos como, por exemplo, na elaboração do PESOD. Aliás, mesmo em termos do OIIL, estão mais voltados para a chamada aprovação de projectos, sem um envolvimento posterior no acompanhamento da sua execução, etc. Importante assinalar que muitos distritos não prevêem verbas, nos seus orçamentos, para o funcionamento das IPCCs. Isto coarcta as possibilidades de desenvolvimento institucional das IPCCs que é considerado um factor fundamental para a realização de seu potencial de tomar decisões viáveis ao bem-estar das suas comunidades, baseada numa planificação participativa.

O trabalho de monitoria em torno do OIIL, nos seis distritos abrangidos, trouxe resultados mistos, onde se destacam projectos de sucesso e alguns projectos fracassados. Num contexto onde o sucesso dos projectos financiados pelo OIIL é medido pelo grau de reembolso dos fundos alocados,

os aspectos comuns incluem:

- Os projectos de geração de rendimento são considerados mais prósperos relativamente aos de produção de comida, que são dependentes doutros factores;
- Há um baixo nível de reembolso dos fundos que é explicado pelo facto de existir, ao nível das populações, a percepção de que, por se tratar de dinheiro do Estado, não tem que ser devolvido;
- Não é feito um trabalho contínuo e sistemático de acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelo OILL, devido a dificuldades de ordem financeira e, consequentemente, não são produzidos relatórios de acompanhamento;
- As ETD's não têm um orçamento para o seu funcionamento, daí dependerem de eventos do Governo e/ou da chegada de missões de fora para visitar os locais de implementação dos projectos.

As causas de fracasso mais citadas incluem:

- Falta de fundo para as equipas técnicas se deslocarem para o terreno para monitorar os projectos;
- Morosidade nos reembolsos pelos beneficiários;
- Falta de honestidade dos beneficiários;
- Desvios de aplicação;
- Falta de espírito de associativismo;
- Mortalidade.

Também foram apontados como factores que determinam a limitada realização do potencial do OILL:

- O incumprimento das obrigações contratuais pelos beneficiários;
- A falta de clarificação do papel dos IPCCs, primeiro, sobre se são apenas órgãos consultivos, sem poder monitorar e exigir prestação de contas das autoridades distritais e, segundo, a sua restrição ao OILL, sem um envolvimento em outros processos de governação, por exemplo, a planificação ao nível do PESOD.

Municípios

Tal como nos distritos, para além dos empreendimentos seleccionados para o ano de 2009, o trabalho de monitoria incidu igualmente sobre as actividades que constavam dos Planos de 2008 e que, entretanto, não haviam sido realizadas e/ou estavam em curso na altura em que foi realizado o trabalho de campo em 2008. Concretamente, o trabalho de campo procurou verificar até que ponto as actividades que não foram realizadas em 2008 transitaram para os Planos de Actividades de 2009. Isto servia para aferir o nível de coerência na planificação. À excepção de Manjacaze, onde todas as actividades não realizadas em 2008 transitaram para 2009, o trabalho de campo apurou que, destas actividades, apenas 48,1 % transitou para os planos municipais de 2009. O trabalho de campo procurou ainda verificar até que ponto as actividades que estavam em curso quando se realizou o trabalho de campo em 2008 tinham sido concluídas em 2009. Sobre estas actividades, o trabalho de campo apurou que, em termos percentuais, 50% tinham sido concluídas, 33,3% estavam em curso e 17,7% tinham sido paralisadas, ou seja, foram iniciadas em 2008 e não tiveram seguimento em 2009.

As justificações apresentadas pelos municípios para esta situação prendem-se com a mudança de liderança, como resultado das eleições municipais de 2008. Sobre os planos de 2009, o trabalho de campo da Iniciativa de Monitoria da Governação Local apurou que os municípios abrangidos pela iniciativa ainda não realizam 60% das actividades inscritas nos planos anuais. A Auditoria Social nos municípios indicou, por um lado, que muitas das realizações não são feitas nos locais previamente definidos e, por outro lado, que muitas das realizações apresentam problemas de qualidade, por exemplo, fontanários que não deitam água ou que tiram água imprópria para consumo humano.

Documentos Consultados

PESOD's

- Plano Económico e Social do Distrito de Mabalane para o ano de 2009, Governo do Distrito de Mabalane
- Plano Económico e Social do Distrito de Bilene para o ano de 2008, Governo do Distrito de Bilene, Janeiro, 2009
- Plano Económico e Social do Distrito de Búzi para o ano de 2009, Governo do Distrito de Búzi
- Plano Económico e Social do Distrito de Cheringoma para o ano de 2009, Governo do Distrito de Cheringoma
- Plano Económico e Social do Distrito de Montepuez para o ano de 2009, Governo do Distrito de Montepuez
- Plano Económico e Social do Distrito de Chiúre para o ano de 2009, Governo do Distrito de Chiúre

Planos anuais dos Conselhos Municipais

- Plano Anual para 2009, Conselho Municipal da vila de Mandlakaze;
- Plano Anual para 2009, Conselho Municipal da vila de Mocímboa da Praia;
- Plano Anual para 2009, Conselho Municipal da vila de Marromeu.

Planos de orçamentos dos Conselhos Municipais

- Orçamento para o ano 2008, Conselho Municipal da vila de Marromeu
- Orçamento para o ano 2008, Conselho Municipal da vila de Mocímboa da Praia
- Orçamento para o ano 2008, Conselho Municipal da vila de Mandlakaze

Relatórios Anuais

- Relatório Balanço Anual de 2009, Governo do Distrito do Bilene, Dezembro de 2008;
- Relatório Balanço do ano de 2009, Governo do Distrito de Mabalane
- Relatório Anual das actividades desenvolvidas pelo Governo Distrital de Búzi, referente ao ano de 2009
- Relatório Anual de 2009, Governo do Distrito de Cheringoma, Inhaminga

- Relatório do Balanço Anual de PES 2009, Governo do Distrito de Chiúre
- Relatório do Balanço Anual de PES 2009 do Governo do Distrito de Montepuez, 5 de Janeiro de 2009
- Relatório Balanço das actividades desenvolvidas durante o III trimestre, Conselho Municipal da Vila de Mocímboa da Praia, 2009;

Outros documentos consultados/verificados

- Actas das sessões ordinárias/extraordinárias dos conselhos consultivos e as actas das sessões das Assembleias Municipais
- Listas dos beneficiários, desembolsos, reembolsos e dos projectos aprovados no âmbito do OIIL
- Facturas de compra de bens e serviços pelos governos locais
- Documentos de lançamentos de concursos públicos e contratação dos empreiteiros
- Procedimentos para implementação de projectos de geração de emprego e produção de comida ao nível distrital, Ministério da Planificação e Desenvolvimento e Ministério das Finanças, Documento *Draft*, Outubro de 2008
- Legislação sobre os órgãos locais do Estado (lei 8/2003 de 19 de Maio e Decreto 11/2005 de 10 de Junho)

Associação Moçambicana para o Desenvolvimento e Democracia (AMODE) é uma associação apolítica e não lucrativa vocacionada à condução de projectos de educação cívica dos cidadãos, sobre Democracia e Desenvolvimento, difusão dos Direitos Humanos, Observação Eleitoral e na condução de debates públicos de interesse local e nacional. A AMODE tem uma rede de coordenadores provinciais, educadores cívicos e observadores eleitorais em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Niassa e Cabo Delgado.

Centro de Integridade Pública (CIP) é uma organização da sociedade civil estabelecida em 2005, com o objectivo de contribuir para a promoção da transparência, boa governação e integridade em Moçambique. O CIP actua na área da governação através da pesquisa, advocacia e monitoria, promovendo igualmente actividades de consciencialização pública. O CIP interessa-se concretamente pelas temáticas de Descentralização e Governação Local, Financiamento Político e Eleitoral, Transparência Fiscal, Procurement, Controlo Social, Oversight e Anti-corrupção, Ajuda Externa e Dependência.

Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) é uma coligação constituída em 1996 por entidades colectivas e singulares comprometidas com o progresso económico e social do país. O GMD tem por missão promover a reflexão em torno das questões associadas ao desenvolvimento económico e social do país, intervindo tanto no desenho, acompanhamento e influência de políticas de erradicação da pobreza, como na geração de sinergias com outros segmentos da sociedade visando uma gestão transparente, eficiente e eficaz dos recursos públicos e eliminação dos factores de dependência.

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) é uma associação sócio-humanitária, não governamental, cujo objectivo é a defesa e promoção dos direitos fundamentais do homem, incluindo denúncias das violações e outras arbitrariedades. Foi criada tendo como visão global, liderar o processo de promoção e defesa dos Direitos Humanos em Moçambique. A LDH tem como missão, promover os Direitos Humanos através da Advocacia, Educação Cívica, Monitoria, Pressão e Assistência Jurídica onde haja vazio institucional.